

**ATA N.º 25/XII/2019**

**Reunião Pública de 27/11/2019**

Aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano dois mil e dezanove, na Associação de Moradores do Bairro Novo, Pinhal da Areia, pelas vinte e uma horas, reuniu a Câmara Municipal da Moita, sob a Presidência do Sr. Presidente Rui Manuel Marques Garcia e com a presença dos Srs. Vereadores Luís Fernando Marta Ribeiro Chula, Daniel Vaz Figueiredo, Carlos Edgar Rodrigues Albino, Vivina Maria Semedo Nunes, Joaquim Inácio Raminhos Cabaça, Miguel Francisco Amoêdo Canudo, Filomena Maria da Silva Magalhães Ventura e Luís Fernando Vaz do Nascimento.

Declarada aberta a reunião pelo Sr. Presidente, foram discutidos os pontos infra indicados de acordo com a Ordem do Dia, previamente distribuída por todos os membros.

Propostas:

1. PROJETO DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE TAXAS DO MUNICÍPIO DA MOITA – CONSULTA PÚBLICA .....	25
2. CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES .....	27
3. “INTERVENÇÃO DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO NO PALACETE DO CONDE DE SAMPAYO – 1ª FASE” APROVAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO .....	28
4. CEDÊNCIA DE PARCELA DE TERRENO PARA INTEGRAÇÃO NO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL – FREGUESIA DE MOITA .....	31
5. CONTRATO-PROGRAMA 2019 COM ASSOCIAÇÕES DO CONCELHO .....	32
6. CONTRATO-PROGRAMA 2019 COM INSTITUIÇÕES SOCIAIS DO CONCELHO .....	33
7. “RECONVERSÃO VIÁRIA PARA ZONA 30 DA EX-ESTRADA NACIONAL 11-1 DA BAIXA DA BANHEIRA” APROVAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO .....	34
8. “ESTRUTURAÇÃO DE CORREDOR URBANO DE PROCURA ELEVADA DA AVENIDA 1º DE MAIO NA BAIXA DA BANHEIRA” APROVAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO .....	39
9. “DECLARAÇÃO DE ABANDONO E PROPOSTA DE AQUISIÇÃO POR OCUPAÇÃO PELO MUNICÍPIO DE VEÍCULOS EM FIM DE VIDA” .....	42

Foi seguidamente dado início ao Período de Intervenção do Público.

#### PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Sr. Presidente – Agradeceu à Associação de Moradores do Bairro Novo, do Pinhal da Areia, a disponibilidade das instalações, saudou os seus dirigentes, os seus associados. Há algum tempo que não iam ao local, sendo sempre bom regressar.

Deu nota de que nas últimas reuniões, no caso da Assembleia Municipal, da última, de que as reuniões eram filmadas e transmitidas em direto no sítio da internet do Município, o que implicava que todas as pessoas que fossem abrangidas pela filmagem tivessem que o autorizar expressamente. Quem estava sentado do lado do público não estava a ser abrangido, não se lhes tendo sido solicitada autorização. Quem desejasse usar da palavra tinha primeiro de assinar uma declaração que existia para o efeito, autorizando que a sua imagem fosse captada, transmitida e posteriormente deslocar-se ao microfone para intervir. Colocado o assunto, questionou quem dos presentes desejava utilizar a palavra.

Sr. Daniel Demétrio – Começou por referir algo que considerou que os movia a todos, nomeadamente a participação pública. Viviam num Concelho movido pelo associativismo, em que este era muito elevado, tanto pelos participantes como pelos que trabalhavam pela terra porque gostavam sinceramente dela, considerando, e referindo-se ao que se passava nas redes sociais, a realidade do que lá se passava era a realidade do que se passava em todo o lado, em todo o País, não sendo o Concelho da Moita exceção. Como pessoa e munícipe interessado na terra referiu pensar apresentar projetos e ideias, contribuir ativamente para o melhor desenvolvimento da terra. Acrescentou não ser eleito em qualquer local, não lhe competindo a si fazer o que quer que fosse, mas sentindo a necessidade e o gosto, continuaria a contribuir. Acrescentou sentir que existia uma falta de respeito tremenda por pessoas que ocupavam cargos de relevância, fossem de secretariado, de presidências, de vereações ou o que fosse. Atacavam-nos constantemente e nas redes sociais emitiam opiniões desrespeitosas, ofensivas, por vezes até em período laboral e pensando bem, a participação que pretendiam que as pessoas tivessem deviam ser feitas com algum tipo de motivação, as pessoas tinham de ter vontade de participar, questionando o Sr. Presidente da Câmara pessoalmente, na sua opinião o gestor de todas as pessoas que trabalhavam para o concelho, que eventualmente não teria redes sociais mas referiu que alguns dos trabalhadores do Município, que trabalhavam próximos do Sr. Presidente, excediam-se bastante nos ataques que faziam aos munícipes, falando por experiência própria. Referiu trabalhar para a terra com muito gosto e não ter interesse nem vontade de ser atacado constantemente por pessoas que eram assalariadas, que deveriam estar a trabalhar para a terra e apenas faziam ataques constantes e perseguições constantes. Não mencionando ninguém por não ser para alguém em particular, era no geral, mas gostaria que o Sr. Presidente, enquanto responsável por todas as pessoas, na gestão de recursos humanos, tivesse uma conversa em privado com as pessoas para que tivessem uma atitude mais moderada para o cargo que ocupam porque a participação devia ser incentivada e não devia haver qualquer tipo de desmotivação por parte dos munícipes na participação. Referiu que felizmente era persistente, tinha uma boa vontade e continuaria a trabalhar apesar das ofensas de que era alvo, tal como muitas outras pessoas, que eventualmente poderiam ceder à pressão psicológica e deixavam de participar. Questionou se queriam um concelho participativo ou não participativo e no caso de pretenderem o primeiro deveriam terminar as ofensas.

Apresentou uma proposta, começando por referir algo que se tinha passado no ano anterior, relacionado com um café junto ao parque Zeca Afonso, na Baixa da Banheira, havia um espaço que queria colocar uns carrinhos para fazer distribuição e venda de gelados no Parque José Afonso. Pelo que lhe foi contado, por alguma razão, foram impedidos de fazer tal ação, porque existia um acordo ou não concorrência para com o espaço cedido no Clube do Rio, o que entendeu, eventualmente não se devendo vender naquela zona, mas sugeriu que a Câmara Municipal da Moita fizesse um estudo e um levantamento de várias potenciais localizações dentro dos parques urbanos, fosse o Parque Zeca

Afonso, Parque das Laranjeiras e outros parques onde se pudessem instalar equipamentos de comércio como quiosques ou cafés. Tinham muitos parques que as pessoas que vinham de fora adoravam e mereciam que o parque fosse mais bem aproveitado. Só existia um espaço de comércio na zona que era o Clube do Rio, e muito bem, mas o referido espaço enchia muito e na sua opinião necessitavam de mais oferta naquela zona, quiosques ficavam bem naquela zona e em outros parques e noutros espaços. Admirando o trabalho que o Sr. Vereador Luís Nascimento fazia, que tinha grandes ideias, percebendo perfeitamente que por vezes a vontade em querer ajudar e participar pudesse ser por vezes até um pouco demais, mas fazia parte. Valorizava as boas ideias, tal como referiu valorizar o trabalho do Sr. Vereador Miguel Canudo, que era responsável pelo trabalho envolvido nos parques. Gostaria que houvesse uma maior aproximação entre os dois Vereadores e que trabalhassem naquele tipo de propostas, considerando que têm ambos o mérito, considerando que deveriam trabalhar em conjunto, para tentar solucionar a falta de atratividade que tinham atualmente nos parques. Propôs uma localização, como por exemplo o labirinto meio abandonado no Parque Zeca Afonso que poderia ser requalificado e ser feito um quiosque junto, como noutras localizações sendo uma questão de estudarem o assunto, que poderia sugerir se quisessem, podendo ajudar perfeitamente. Algumas das pessoas que ocupavam os cargos de que falou anteriormente criticavam o facto de fazer maquetes, mas podia apresentar uma maquete para ajudar e se tivessem interesse em que participasse enquanto município nas atividades do concelho teria todo o gosto em colaborar com a Câmara.

Por fim, gostando muito de atividades e eventos que se passam no concelho, havendo por vezes falta de eventos, na sua opinião, embora os que existissem fossem muito bons, não sendo possível negar, como o BB Blues Fest, que considerou um grande festival, do qual gostava muito, mas considerou terem falta de eventos. Referiu que gostaria de contribuir nesse sentido porque era uma das suas paixões pessoais, organizar eventos. Gostaria de saber ao certo qual era o critério que a Câmara Municipal utilizava para atribuir verbas a certos eventos, como a Feira Medieval, BB Blues Fest e outros eventos, que não sabia ao certo quanto recebiam, devendo ser 10 ou 12 mil euros por ano, não sabendo porque não viu os contratos. Gostaria de saber se existia algum critério para a definição de quem recebia quanto, como recebiam o dinheiro e se é possível que outros projetos pudessem ser alvo desse incentivo para tornar o concelho mais atrativo, uma vez que boas ideias existiam, por vezes faltavam era os fundos para as concretizar e por vezes um apoio na licença de ocupação de espaço, um apoio na licença de ruído, que lhes permitisse criar eventos e atratividade para a terra, o que seria muito bom. Gostaria, portanto, de saber se existia um critério, qual era, como funcionava e se era possível candidatarem-se também a algum projeto para receber tais fundos ou algumas ajudas por parte do Município.

Sr. Yuri Ribeiro – Apresentou-se como neto do falecido Sr. Caldeira, tendo-se deslocado à reunião por se sentir profundamente ofendido pelas palavras proferidas na última reunião pelo Sr. Presidente, considerando que segurança era um emprego válido como outro qualquer. Trabalhar por turnos para defender os bens de alguém que dormia não era fácil. Mas pior era fazer distinção sobre carreiras em que trabalhavam funcionários. A diferença entre trabalho e emprego residia na palavra vencimento. As pessoas queriam trabalhar e não como outras que viviam de acumulação de cargos, podendo haver um dia que houvesse uma auditoria forense, mas isso só o tempo diria.

Relativamente à derrama questionou porque é que a malha comercial existente na Moita, nos seus parques industriais tinha assim tantas empresas com valores superiores a cento e cinquenta mil euros como foi dito, que permitiam que o contrário do valor do IMI baixasse apenas pouco mais de um euro. Falou-se tanto nas GOP`s, questionando se já contava com a requalificação ribeirinha e a ciclovia do Rosário - Moita em que se gastou cerca de duzentos e sessenta e três mil euros, pelos contratos públicos, para estar cheia de água e ter algumas partes intransitáveis. Colocou ainda se na visita realizada às obras da Junta de Freguesia, se havia olhado para o estado degradado em que se encontrava o Pavilhão Gimnodesportivo, que não tinha água quente para alguns atletas, bem como o estado lastimoso em que se encontra a sua estrutura, havendo encarregados responsáveis pela canalização e serviços.

Esquecendo o problema da Vala Real na sua requalificação, como se pretendia arranjar e embelezar o Lago Municipal, se o mesmo se encontrava fechado sem usufruto da população. Certamente o valor gasto em quatro churrasqueiras no valor de seis mil ... (Gravação da continuação da intervenção inaudível).

Sr. Joaquim Pacheco – (Gravação do início da intervenção inaudível)...respondeu e disse que não estava previsto “nada de especial” naquele sentido, porque recentemente tinham sido feitas alterações ao código de estrada que protegiam os ciclistas. Falava-se na relação na estrada entre ciclistas e automobilistas. Não pretendendo alimentar polémicas porque caso contrário ficariam a noite inteira a discutir quem tinha razão e quem não tinha e não é era a sua preocupação, vivia essa realidade todos os dias na estrada porque era automobilista e ciclista. Pretendia soluções, ver atitudes pedagógicas, ver atitudes de informação e reforço positivo. Na sua opinião só dessa forma é que considerou conseguirem chegar a bom porto, porque o que assistiam nas estradas todos os dias, em Portugal, era uma falta de civismo em geral, não só dos ciclistas nem só dos automobilistas. Mas no final da linha os mais sensíveis e aqueles que de facto necessitavam de mais proteção eram os ciclistas, não queria “fazer frente” a um carro, porque se estivesse sentado em cima de uma bicicleta, garantidamente sabia o que lhe aconteceria. Também por esse motivo fazia questão de ter uma atitude cívica na prática da sua atividade desportiva.

Acrescentou ainda que o Sr. Presidente havia referido que considerava que em termos de medidas, haviam sido feitas as alterações ao código de estrada, partilhando da opinião que o Sr. Presidente havia expressado de que a “moda” de fazer determinada marca no alcatrão não acrescentava muito, o que concordava em parte, havendo o Sr. Presidente referido que a solução passava por aquilo que estava a ser feito que eram as ciclovias. Na sua opinião estas eram uma solução, mas para uma parte e não para um todo. Acrescentou que as ciclovias que tinham no concelho da Moita eram ciclovias para pessoas que andavam de bicicleta, não para pessoas que faziam do ciclismo uma atividade física. Sugeriu a aplicação de um sinal, que mostrou aos presentes, nas principais vias do concelho que seria não só uma excelente atitude de informação para que os condutores estivessem especialmente atentos à presença de ciclistas. Referiu que enquanto se deslocava até à reunião observou que não existia um único sinal nas estradas, pelo menos nas estradas principais desde a Baixa da Banheira até à Moita, que fizesse menção ao perigo e à presença. Sugeriu que os concelhos limítrofes adotassem os sinais e que em locais onde a cultura do ciclismo era diferente daquela que existia em Portugal, foi feito um projeto pioneiro em que junto ao sinal de perigo onde constava o ciclista foram colocadas umas luzes, foi aplicado um sensor e onde estava colocado o sinal, e aplicado o sensor conseguia ser detetada a presença. (Gravação inaudível).

Sr.<sup>a</sup> Joana Borges – Referiu que iria colocar duas questões, sendo a principal o Parque Municipal da Moita, local onde morava junto e onde cresceu. Na atualidade tinha quatro sobrinhos, de um, dois, três e oito anos. Acrescentou que a sua sobrinha de três anos ainda conseguia aproveitar o melhor daquele parque uma vez que o parque infantil devia estar adaptado para ela e conseguia andar no escorrega, no baloiço. O seu sobrinho de dois anos já tinha mais dificuldade porque os baloiços não tinham proteção para crianças pequenas. A sua sobrinha de oito anos já não achava o parque desafiante e considerava extremamente aborrecido ir para o local porque não tinha qualquer elemento que a desafiasse ou fizesse ter atividade física que a esforçasse e que a fizesse fazer algo que tanta falta fazia às crianças, que era a atividade física, o desporto, coisas que os motivassem. A sua sobrinha de um ano também não conseguia frequentar o parque. No próprio dia tinha decorrido o corta mato da escola primária n.º 2 e considerou vergonhoso ver as crianças a correr com erva por cima dos calcanhares. Por várias vezes ligou para a Câmara para solicitar que cortassem, não colocando em causa o trabalho das pessoas que tratavam dos jardins por saber que eram poucas e tinham dificuldades em acorrer a todos os locais mas como munícipe ficou triste por ter de ligar tantas vezes para pedir para cortarem a relva do parque e a solicitar algumas coisas, considerando que era escusado apesar de saber que eram poucas pessoas e que era difícil ir a todos os lados. Na sua opinião

o Parque da Moita estava um pouco ao abandono, questionando se estava prevista alguma requalificação. Referiu já ter contactado a Câmara por causa do escorrega do Parque Infantil, que se encontrava lascado, e as crianças quando iam subir magoavam-se nas mãos, o que já sucedera com a sua sobrinha, tendo sido na altura informada, em setembro, pela engenheira Constança de que as empresas que tratavam daquelas questões estavam encerradas no verão e que estava prevista uma requalificação do Parque. Que iriam vedar o espaço para que as crianças não se magoassem. Nada do que foi dito sucedeu. Entendendo que pudesse ser complicado e pudesse não existir verba, questionou se estava prevista uma requalificação, para quando é que estava prevista ou se pensavam sequer na questão.

O outro assunto que colocou foi a gestão de resíduos e lixo, tendo sido feita toda uma requalificação dos caixotes da reciclagem, novos canteiros, sabendo que a questão estava relacionada com a AMARSUL, mas entretanto os contentores do lixo comum também estavam colocados junto dos outros contentores, acontecendo que tapavam a visibilidade de tudo o que eram faixas rodoviárias, interseções, como por exemplo a interseção junto ao Bairro da Caixa, quando se vinha de junto dos Bombeiros, não se conseguia ver nada. Na rua Egas Moniz também não, constituindo um perigo para os peões, para as pessoas que circulavam de automóvel, para as crianças. Já contactara várias vezes e já tinham tomado várias medidas, muitas vezes já alteraram, considerando que o problema estava nas pessoas que iam recolher o lixo, uma vez que quando colocavam não o faziam devidamente, não mostrando qualquer preocupação com a questão. Por várias vezes teve de parar o carro à pressa para que não houvesse nenhum acidente, não pretendendo que tal acontecesse. Para além da rua Egas Moniz estar no estado em que se encontrava, embora sabendo que iam fazer alguma requalificação das estradas, esperando que estivesse englobada, mas gostava que vissem a questão porque as pessoas ficavam desincentivadas, não queriam tratar devidamente dos resíduos, consideravam que os assuntos não eram bem tratados e não havia necessidade disso, porque era uma boa medida, todos deveriam reciclar, e devia ser bem realizada.

Questionou ainda se está previsto algum tipo de recolha de lixo orgânico na Moita, ou seja, tinham o lixo comum, a reciclagem, mas faltava o contentor castanho, para os resíduos orgânicos como por exemplo cascas, desde que não fossem restos alimentares. Tinham a informação de que já estava a ser realizado em Lisboa, que era um Município diferente, com verbas diferentes, mas gostaria de saber se estava previsto algo do género para o Município.

Sr. José Carvalheira – Disse, que veio à reunião para voltar a referir para quando a resolução do problema da passagem dos peões na rotunda do Modelo bem como das passadeiras no Bairro João Martins onde algumas não se conheciam e outras estavam mal colocadas. Questionou o que correu mal no abate dos eucaliptos no Juncalinho, se existiam pessoas para receberem o mármore, os detritos estavam lá, se existia autorização da Junta Autónoma das Estradas para abater, por que motivo é que correu mal, começou o abate e logo o mais podre continuava em pé. Uns dias antes de os eucaliptos começarem a ser abatidos, salvo erro esteve no local a EDP a abater alguns. Cortaram e ficaram no local todos os detritos, a lenha, tudo. Inclusive no acesso à antiga passagem de nível quem transportou os troncos deixou lá um caído. Questionou o que correu mal no abate dos eucaliptos.

Relativamente à rua Egas Moniz e ao jardim que lá estava, tinha lido nas redes sociais que colocaram no local um corrimão, que foi muito bem colocado, mas existiam duas questões, sendo uma a passagem que estava intransitável, principalmente quando chovia e depois não sabendo se seria um caso de saúde pública ou de polícia, porque tiraram fotografias à passagem, mas não tiraram a uns rolinhos que estavam no local, que deviam ser de alguém que limpava, ou de bebé ou de um cão e atirava para o local, convindo verificarem a situação porque ficava muito mal.

Quanto aos pilaretes à saída da bomba de gasolina, na outra reunião já havia colocado que dos 4 existentes, só dois estavam de pé; continua-se a ver pessoas a sair da bomba e a virar à esquerda. Sugeriu porque não fazer uma saída da bomba e uma entrada por trás, uma vez que o terreno era do mesmo dono da bomba, porque a seu ver não se justificava autorizar uma bomba só com uma entrada e uma saída naquela zona.

Relativamente às passadeiras à saída do ALDI e do Modelo não eram visíveis, não sabendo se a responsabilidade era da Câmara ou das empresas ALDI e Modelo.

Foi cortado o acesso à antiga passagem de nível e na sua opinião muito bem, devido ao lixo. No entanto quando se circulava na autoestrada ia-se lixo mesmo ao lado, não sendo pouco o lixo, incluindo detritos de obras, bem como o trajeto dos carros que iam descarregar ao local. Referiu ter dúvidas de que não fosse possível identificar quem ia ao local depositar o lixo.

Dirigiu-se aos Srs. Vereadores da oposição colocando a questão de para quando uma visita ao Carvalhinho para verificarem as condições do local, pois promessas eram o que são, já as ouviram. Há mais de 20 anos que foi prometido executar um passeio no Carvalhinho, quando se mudassem os tubos da água. Questionou por que motivo estes não tinham sido ainda mudados, se eventualmente não teriam amianto, sendo que na sua opinião tinham, e se fazia mal nos telhados, certamente também faria na água. Deveria ser também uma preocupação. Foi prometido há 20 anos à Associação de Moradores do Carvalhinho executar o passeio aquando da mudança das canalizações da água, e atualmente não tinham passeio, cada vez estavam piores, as bermas da estrada estavam intransitáveis. Solicitou uma vez mais para colocarem um pedaço de *tout-venant* na rua dos Ramalhos porque tinha muitos buracos, tal como o acesso à própria rua dos Ramalhos que estava intransitável. Acrescentou que todo o *tout-venant* que colocaram nas bermas da estrada estava todo em frente à paragem do autocarro junto ao Modelo.

Sr.<sup>a</sup> Ascensão Santos – Referiu ser a primeira vez que iria falar porque já havia assistido a uma reunião e na altura chamaram “mentiroso” a um munícipe do Pinhal da Areia que na sua opinião estava a falar a verdade. A verdade que referiu é que não tinham limpeza nenhuma nem nas sarjetas, nem nos passeios, passavam com carros pesados por cima dos passeios. O seu próprio passeio já tinha sido arranjado duas vezes e devido aos carros pesados da Câmara circularem por cima, estava todo degradado, considerando que tinham direito à limpeza tal como era efetuada na Moita porque pagam tudo tal como os munícipes da Moita, encontrando-se na Moita tudo limpo e no Pinhal da Areia não estando nada. Era dito que limpam, mas só o faziam uma vez por mês e muitas vezes nem isso. Acrescentou que entre 2004 e 2014 não via e tinha de pagar a uma pessoa para lhe limpar a valeta da entrada da sua porta. Na praceta iam limpar, mas não limpavam como devia ser, na sua opinião iram ou não iram era a mesma coisa. Uma vez por mês era insuficiente para as necessidades de limpeza. Tinham árvores, que quando fazia vento, embora não fossem suas, provocam lixo em frente à sua porta.

Referiu ainda que já tinham há algum tempo solicitado ao Sr. Presidente, estando menos mal atualmente desde o Carvalhinho até à rotunda, mas no sentido do Carvalhinho para o Pinhal da Areia não tinham um local onde passar. Ou circulavam pela estrada ou dentro da erva. Questionou se não tinham direito como as pessoas do Carvalhinho que ainda assim de um dos lados podiam passar bem. Os outros para passarem para a pé não podiam. Considerou que com tanto terreno no local que se encontra vazio no momento, antes de construírem, considerou que a Câmara deveria fazer algo a respeito. Já vivia há 40 anos no local e solicitou que um autocarro passasse no local periodicamente, no mínimo na altura das Festas, porque quem não tivesse carro tinha de andar a pé. Considerou que todos eram portugueses e tinham as mesmas necessidades. Se na Fonte da Prata tinham ciclovias para as bicicletas, então o que é que aquela zona tinha a mais que os moradores daquele local? Se fossem para o alto, as crianças tinham de ir para dentro da estrada porque não tinham sítio para passar, não tinham um passeio sequer. Considerando que o Sr. Presidente da Câmara lá devia passar de carro verificar o que se passava, entendia que a Câmara enquanto os terrenos estavam vazios, não necessitavam de pagar tanto, pagavam só pela matriz, sendo o que acontecia na sua terra, que eram mais pobres, mas tinham tudo como considerava nas devidas condições. Questionou se o Sr. Presidente não considerava que necessitavam de um passeio em condições para não passarem nas ervas e não irem para dentro da estrada. Na estrada não podiam andar, e como tal iam para as ervas, as crianças que iam para a escola chegavam com os pés todos molhados e havendo um passeio em condições, como estava na Fonte da Prata, e no caminho da Moita para o Carvalhinho, mesmo que



fosse só de um dos lados, não necessitava ser de ambos, tal já não sucedia. Solicitou ainda uma limpeza no Pinhal da Areia, uma vez que todos pagavam os mesmos impostos, então por que motivo estava tudo em condições e no Pinhal da Areia não se fazia porquê? Já reclamou junto das funcionárias que recebem a água por que motivo é que tinham de pagar os impostos e não tinham as mesmas condições de outras pessoas.

Sr. Vereador Miguel Canudo – Cumprimentou os presentes, dando as boas vindas à reunião pública, sendo sempre bom verem pessoas interessadas e a discutirem os problemas que os afligiam, os problemas que sentiam, à sua porta, na sua rua, no espaço quotidiano diário. Era sempre bom a Câmara Municipal ouvir o que os munícipes tinham para reclamar e para propor ou sugerir. Fez um cumprimento especial à Comissão de Moradores, aos antigos diretores e dirigentes, bem como aos atuais dirigentes, sendo sempre bom trabalharem em conjunto e estarem atentos ao que se passa no seu bairro. Muito trabalho tinha sido feito, trabalhos de grande envergadura, colocaram a água, os esgotos, a eletricidade já estava anteriormente, muito foi feito. Relativamente à questão da limpeza, esta podia não estar nas condições que muitas vezes exigem, sendo o grau de exigência elevado, de qualquer maneira, frequentava o bairro de vez em quando, embora não residisse no local, mas o bairro não estava sujo. O bairro em questão de higiene pública, em questão de tratamento e empenho dos trabalhadores do Município, o bairro na sua manifesta opinião e como responsável do pelouro considerou que o bairro em questão de higiene e de limpeza, higiene pública não estava assim tão mal como pareciam considerar.

Achou interessantes algumas sugestões que foram feitas, como a sinalização para as bicicletas, a pedagogia, questões importantes de que tomou nota, e se fosse possível dentro da legalidade e do código da estrada, se a sinalização sugerida fosse atualizada e dentro da lei, estudariam e veriam alguns circuitos onde pudessem executar. A ideia pareceu-lhes bastante interessante.

Relativamente ao Parque Municipal da Moita, clarificou que optaram por fazer a manutenção e a reconversão no Parque internamente, eram os trabalhadores do Município, dos espaços verdes que se propuseram a realizar o trabalho, sendo de valorizar toda a equipa, desde a chefe de divisão, os engenheiros e nomeadamente os trabalhadores que estavam há anos a trabalhar no referido parque. Já foram feitas algumas alterações que podiam não se notar, como a parte da rega, que passou a ser automática, antigamente andavam com a mangueira a regar. Foram feitas algumas coisas e iriam continuar na requalificação do Parque. Se tivessem entregado o trabalho a uma empresa, se fosse feita uma candidatura para a requalificação do Parque como fizeram para a vedação, por exemplo, o Parque poderia estar diferente, de qualquer forma referiu que consideravam que a requalificação, que como podiam verificar, já estavam no local trabalhadores nas suas tarefas para requalificar e alterar algumas situações, sendo um trabalho que estava a ser feito, que podia não ter a rapidez que era necessária, mas estava a ser realizada e os estudos existiam, estavam feitos por zonas, e estavam a efetuar o trabalho. Relativamente ao parque infantil, o que estava partido ainda não tinha sido mudado, porque o que chegou, chegou mais tarde do que aquilo que se previa, mas muito em breve a pequena torre, que era o que estava partido, seria colocado no local. Informou ainda que os serviços estavam a efetuar um estudo, um projeto para um parque infantil com mais divertimentos e mais inclusivo. Consideravam que os parques infantis deviam ser para todos, estando a ser elaborado um estudo, onde uma das tarefas que deram aos arquitetos era tornar o parque inclusivo. Ter mais divertimentos para todos, porque todos tinham direito a brincar e a divertir-se. No que dizia respeito à gestão de resíduos, era algo mais complexo. Eventualmente o Sr. Presidente falaria na questão, mas não tinha sido fácil tendo em conta a quantidade de contentores que foram colocados. Eventualmente existiriam alterações pontuais a fazer em relação aos contentores, no entanto informou que na atualidade o concelho da Moita teve um crescimento na recolha de resíduos na ordem dos 46%, ou seja, no período em que foram colocados os novos contentores, não querendo isto dizer que os mesmos em termos de imagem urbana, que fossem agradáveis, que não existiam questões para resolver ou acertar, mas relativamente à eficácia na quantidade que foram colocadas nos novos contentores, o concelho da Moita, no último trimestre foi o segundo Concelho do distrito de Setúbal que cresceu mais na recolha, nomeadamente

no plástico e no vidro. O papelão ainda era mais delicado porque por vezes bastava colocarem um saco do lixo dentro do papelão para que fosse excluído e não fosse considerado como papelão. Estavam a realizar uma campanha já há bastante tempo e iam continuar com ela, na questão do ambiente “Um melhor ambiente para o nosso Concelho”, mas só era possível com a participação de todos, de todos juntos. A parte da Câmara com a sua responsabilidade e a parte dos munícipes com a ajuda que era necessário darem, nomeadamente nos monos, no cuidado que havia a ter na colocação dos resíduos, que passava por todos, uma vez que a Autarquia não tinha trabalhadores suficientes, porque tiveram anos com grandes dificuldades e ainda se mantinham atualmente na admissão. Durante muitos anos, entre 2010 e 2015/2016, o próprio Orçamento de Estado não lhes permitia a admissão de trabalhadores e tiveram uma sangria nos últimos 12 anos de mais de 120 trabalhadores. Também não era possível colocá-los todos de uma vez, mas estavam a caminhar nesse sentido. Relativamente aos trabalhadores, tinham tido um papel que consideravam importante no recrutamento de pessoas com algum grau de deficiência.

Relativamente à questão da rua Egas Moniz e do betuminoso era com certeza uma das ruas que iria ser requalificada na Moita. Aprovaram em reunião de Câmara e em Assembleia Municipal o empréstimo de dois milhões, cento e sessenta mil euros para requalificações que seriam realizadas quando tudo estivesse em condições e o concurso fosse feito, iriam fazer algumas pavimentações necessárias dentro do concelho.

Quanto à rotunda do Modelo, foi efetuada pelo Modelo, mas era competência das Infraestruturas de Portugal. Relativamente às passadeiras do Carvalhinho, seria vista a sua pintura, estando a decorrer uma fase de pinturas de passadeiras. Não prometeria, porque por vezes existiam questões que não dependiam só da Câmara, mas era uma das situações elencadas para ver.

A questão do mármore era uma questão das Infraestruturas de Portugal, a Câmara Municipal, através da Proteção Civil e através do Departamento de Obras e Serviços Urbanos oficiaram as Infraestruturas de Portugal para a questão dos eucaliptos. Relativamente aos mármore, do que conhecia, apareceu o dono que disse que podiam levar os mármore, mas tinham de os pagar. Foi suspensa a retirada dos mármore e a senhora onde o dono está, que é um Lar na Moita, depois já voltou atrás e disse que podiam levar o mármore. Do que conhecia era um processo que estava a decorrer e as Infraestruturas de Portugal com certeza responderiam por isso. A Câmara Municipal apenas acompanhava em termos de Trânsito e Proteção Civil.

No que concernia ao passeio do Carvalhinho, existia um passeio do lado direito para quem descia, não tinha dos dois lados, não estava completo, eventualmente estaria algum dia, mas para já não era possível acrescentar mais nenhuma informação.

Relativamente ao Parque Zeca Afonso e não querendo contradizer o Sr. Demétrio, referiu julgar que foi autorizada a venda de gelados durante os meses de abril e maio, ou maio e junho, do lado norte do Parque. Pretendia-se que a pessoa andasse pelo Parque a vender e o que se entendeu, foi que, considerando que existia um estabelecimento que tinha um contrato de arrendamento não deveria existir concorrência. Mas do que se recordava não se impediu, permitiu-se que fosse vendido mais na zona norte, dos reformados, mais para cima do Parque.

No que respeitava ao lixo orgânico estava a decorrer uma candidatura sobre a recolha porta a porta em escolas, restaurantes, cantinas. Encontraram oposição da parte do Sr. Mota-Engil, ou seja, da AMARSUL, na tentativa de impedimento de que as Câmaras concorressem e fossem responsáveis pela recolha do lixo orgânico, mas estava em andamento uma candidatura para a recolha de lixo orgânico. Coincidentemente a Câmara Municipal da Moita tinha recebido anteontem uma máquina corta-relvas. Como existia falta de trabalhadores tinham de ir comprando meios mecânicos para aliviar os trabalhadores e a máquina chegou e estaria em funcionamento no dia seguinte, portanto se a relva não tinha sido cortada era porque choveu, empapava, existindo uma série de questões técnicas que podiam impedir o corte.

Sr. Vereador Luís Chula – Saudou as intervenções que o público fez durante a noite, pois era um ato de cidadania. Muitas questões eram ideias que naturalmente teriam acolhimento e teriam de ser ponderadas, referindo que algumas delas eram preocupações também que os Vereadores do Partido



Socialista já há tempo tinham, constando algumas inclusive do seu programa de candidatura. Confirmou as palavras que o Sr. Vereador Miguel Canudo referiu acerca da questão dos eucaliptos, acrescentando um pequeno detalhe. A Proteção Civil identificou risco, até por informação e avisos, concretamente do Sr. Carvalheira que trabalhava perto e várias vezes falou no assunto, foi verificado o risco e identificado o proprietário que eram as Infraestruturas de Portugal e foi acionado por eles a contratação de uma empresa para fazer o corte e naturalmente a recolha dos eucaliptos cortados, bem como dos mármoreos uma vez que estavam em terreno das Infraestruturas de Portugal. Os detalhes já haviam sido fornecidos pelo Sr. Vereador Miguel Canudo, faltando apenas referir que a identificação do risco foi da Proteção Civil, que contactou as Infraestruturas de Portugal no sentido de resolver o problema, assim como faziam com a maioria dos proprietários que tinham situações de risco, desejando que esse grande número de proprietários atuasse da forma como atuou as Infraestruturas de Portugal.

Sr. Vice-presidente – Disse sobre a referência feita ao Pavilhão Desportivo Municipal, nomeadamente à situação em que se encontrava, tendo também sido referido os problemas relativamente ao sistema de aquecimento de água, e qual o motivo pelo qual os canalizadores da Câmara não resolviam o problema. Informou que naturalmente se os canalizadores pudessem resolver o problema já o teriam resolvido. O que lá estava era um problema maior, no sistema da caldeira. O que se fez e estava a fazer no momento era a aquisição de todo um sistema de aquecimento de água, que tinha de ir a todo um procedimento público e como tal demorava um pouco mais de tempo. Era um trabalho moroso, que era o do serviço público de aquisição do sistema. De qualquer forma, o que não era possível fazer eram os jogos e essa questão estava salvaguardada com todas as equipas, tendo sido acertados os jogos noutros Pavilhões e em concreto com as Associações de cada modalidade. Tratava-se de um Pavilhão que tinha uma utilização muito grande, tinha uma sobrecarga de muitos utilizadores, sendo verdade que seria desejável que existissem outros Pavilhões na Moita, na Fragata do Tejo, por exemplo, outros Pavilhões no Vale da Amoreira, por exemplo e eventualmente não haveria a sobrecarga existente sobre aquele. Informou que estava na fase final o procedimento, que seria uma das questões colocadas pela Associação do Bairro Novo, entre outras, pois tinha uma participação muito ativa e constante, inclusive melhorando e propondo sempre que era um novo piso. Em breve teriam um novo piso no Pavilhão Desportivo Municipal.

Sr. Vereador Luís Nascimento – Sobre algumas das questões colocadas, referiu esperar que o Sr. Vice-presidente falasse um pouco da questão colocada pelo munícipe Daniel Demétrio sobre qual o critério para atribuição de verbas a eventos. O Sr. Vice-presidente poderia explicar melhor, mas colocou que de momento estava a decorrer o espaço para as pessoas se candidatarem a eventos da juventude.

Sobre a questão do apoio nas licenças clarificou que por norma, qualquer evento tinha de pagar licenças. Licenças de utilização de espaço público, se fosse realizado no espaço público, licenças de ruído, se fizesse ruído ou barulho, como era óbvio. Havia uma isenção das licenças quando a organização do evento era realizada por uma coletividade, aí a Câmara isentava as licenças. Era uma forma de apoiar às coletividades. Não era mais do que isso, era um apoio às coletividades. Se o questionassem se estava plenamente de acordo com a questão, com o espírito, de se isentar aquele género de licenças das coletividades, era uma forma de dar apoio às coletividades. A prática dizia-lhe que muitas coletividades tinham bar entregue à exploração, e quando organizavam uma noite de *karaoke*, ou uma noite de fados no local, quem estava de facto a organizar, a explorar o bar e a cozinha, eram as pessoas que estavam a fazer a exploração do bar, não era propriamente a coletividade. Como tal isentarem as licenças por vezes deixava-lhe algumas dúvidas. No entanto assumiu o cargo há dois anos, havia a prática da isenção das taxas e licenças para as coletividades e não quis ser o próprio a cortar com a prática e como tal as coletividades quando organizam os seus eventos, sempre que o pedido era recebido de uma coletividade, havendo a questão de que, por vezes, considerava que a coletividade só emprestava o nome, o que estava estipulado nos serviços da Divisão de

Desenvolvimento Económico, que é quem passava as licenças de ruído, nomeadamente, era a não cobrança.

No que se referia ao carrinho de gelados do Parque José Afonso, na altura conversou muito com o Sr. Vereador Miguel Canudo, atendendo a que o género de licenças em causa passavam pela Divisão de Desenvolvimento Económico, mas os Parques estavam naturalmente com o Ambiente, com o Sr. Vereador Miguel Canudo, muitas vezes houve um apelo para que ambos conversassem mais, embora conversassem algumas vezes, o facto de serem de partidos diferentes não queria dizer que não conversassem, não tinham problemas nesse género de questões. Na altura foi bastante discutida, existindo um problema real, até de princípios, uma vez que o espaço do Clube do Rio era propriedade da Câmara Municipal, e como tal, estava arrendado. Houve um concurso e um arrendamento, que era pago mensalmente. A partir do momento em que se arrendava um espaço comercial, a mesma entidade que arrendou estar a licenciar espaços comerciais que iam vender o mesmo tipo de produto, ao lado, era de facto, do ponto de vista moral, algo complicado. Não vendo nenhum mal nos carrinhos de gelado, considerando pessoalmente que eram giríssimos, encostado ao Clube do Rio que vendia gelados e pagava uma renda para vender gelados era complicado do ponto de vista moral, para a Câmara, cobrar a renda a um e outro ir fazer o mesmo negócio. Seria possível se fosse no início do arrendamento e podia baixar-se o preço do arrendamento para não ser tão exclusivo. Lembrava-se, na altura, de ter conversado bastante com o Sr. Vereador Miguel Canudo e viram a impossibilidade moral da questão.

A questão dos Parques não estava relacionada com o seu pelouro, mas deixou a sua opinião pessoal sobre a questão. Os munícipes podiam olhar para os nove vereadores e percebiam, até pela disposição da sala, que existiam pensamentos diferentes, muitas vezes conversavam e discutiam para chegar a conclusões e muitas vezes não chegam a acordo e tinha de votar entre si as questões. Era assim. Naturalmente que o próprio, dos nove, por questão ideológica, era o maior defensor da iniciativa privada, ou seja, agradar-lhe-ia muito ter espaços privados porque não cabia a uma Câmara estar a explorar um café ou um quiosque, ou algo do género, podia caber-lhe fazer, mas posteriormente arrendaria. Agradar-lhe-ia muito ter esse género de espaços e mais do que isso, agradar-lhe-ia muito que os parques tivessem divertimentos para crianças mais velhas ou até para adultos. Referiu gostar de um Parque com Minigolfe, mas não cabia à Câmara ter um funcionário a alugar os tacos de minigolfe, teria de haver um quiosque que servia também cafés e que alugava os tacos de minigolfe e, portanto, existiam algumas questões que se prendiam do ponto de vista mais ideológico. Deixou claro que do seu ponto de vista gostaria imenso, considerando que era uma forma de auxiliarem os parques a estarem mais cuidados, terem exploração dentro dos parques, tal como na Baixa da Banheira tinham o Clube do Rio, mas terem em outros parques, quiosques, cafés, sítios que explorassem até se podendo chegar a um acordo com quem explorava, em vez de pagar mais renda, cuidar do parque, libertar mais os trabalhadores da Câmara, que de facto como o Sr. Vereador Miguel Canudo referiu eram poucos e esforçam-se bastante, só que o concelho era grande, o grau de exigência enquanto cidadãos também tinha vindo a aumentar. Falou-se muito de limpeza de ruas. No tempo dos seus pais, alguém roía uma maçã, atirava o caroço para o chão e ninguém achava nada de estranho, hoje em dia, encontravam um caroço no chão e achavam estranho, que a rua estivesse suja. No tempo dos seus avós atirava-se as águas usadas pela janela. Atualmente, já alguém tinha referido sobre uma rua que conhecia bem, porque era o local onde residia, que estava sempre suja e que mais parecia que alguém atirava os “rolitos” para o chão, porque nem parecia de cão, parecia que alguém atirava. De facto, o grau de exigência enquanto cidadãos estava a aumentar, o que era bom, na sua opinião, não tendo nada contra. Por fim, e em resposta ao Sr. Daniel Demétrio, que referiu funcionários da Câmara que atacavam constantemente nas redes sociais, pretendeu clarificar sobre o que era o fenómeno das redes sociais. Redes sociais sempre houve. Não havia o *facebook*, havia a mesa de café da esplanada. Sempre houve, sempre existiram, sendo bom que as pessoas nesses sítios discutissem o que se passava na Câmara era bom. Que na Câmara Municipal se discutisse o que se passava naqueles locais era mau, ou seja, que as pessoas levassem a discussão do que se passava na Câmara: “ Eh, pá, olha, falaram que o Vereador Miguel Canudo falou que vão substituir a torre do escorrega, vai ser porreiro.”. Que levassem estas questões para as redes sociais ou para a mesa de café era bom. Que viessem para uma reunião,

fosse de Câmara, ou da Assembleia Municipal, falar sobre o que se disse ou deixou de se dizer na mesa de café, ou no *facebook* era um perfeito disparate, sendo necessário que as pessoas entendessem essa diferença, ou seja, aquilo que se passava numa reunião de Câmara, indo essa diferença mais longe, porque na mesa de café, na esplanada, no *facebook* ou numa rede social qualquer naturalmente que podiam usar todo o género de expressões. Quando falavam numa reunião, fosse de Assembleia Municipal, fosse de Câmara, não usavam determinado tipo de expressões, porque não se tratava de insultar o Vereador Luís Nascimento, era insultar o Órgão Câmara, o que nenhum dos presentes desejava, na sua opinião. A questão tinha de ser entendida, ou seja, naturalmente o que se dizia nas redes sociais, comparando-as com a esplanada do café, não tinha importância nenhuma, era o que se dizia, estava tudo bem, que estivessem à vontade, na maior parte das vezes diziam-se asneiras, não sabiam o que era o Órgão, não sabiam como é que funcionava, e era natural, não havia problema nenhum, as coisas passavam-se mesmo assim. Não se devia cortar a palavra por esse motivo, tinham todo o direito de o dizer. Quem estava presente na reunião tinha de perceber o que era o Órgão, o que fazia, como funcionava, e todo o funcionamento passava a ser diferente, ou seja, na mesa de café, o que lhe tinha acontecido há pouco tempo, quando estava num café com um amigo seu, que entendia de futebol, ao contrário do próprio, que não e na conversa o seu amigo corrigiu-o, o que não tinha importância nenhuma. Quando alguém corrigia outro naqueles locais era salutar, era bom, não tinha problema nenhum. No entanto, pareceu-lhe grave, tendo as pessoas de perder esse hábito, na sua opinião, de tentar transpor aquelas discussões para os Órgãos do Município.

Sr. Presidente – Sobre a última questão colocada pelo Sr. Vereador Luís Nascimento, e que lhe foi colocada diretamente, disse que os trabalhadores da Câmara que falavam nas redes sociais e que faziam afirmações dirigidas a outras pessoas existiam muitos, eram mesmo muitos. Entendendo o Sr. Daniel Demétrio e a sua vontade de ser imune aos ataques nas redes sociais, que deveria ser um sentimento comum à maioria das pessoas, mas pelos vistos não era, porque bastava uma breve passagem pelas redes sociais para ver os ataques quantas vezes vis, que faziam a qualquer eleito nos Órgãos da Câmara Municipal da Moita e depois quem se colocava a jeito por vezes acontecia-lhe também levar algumas respostas. Não era o Presidente da Câmara, até porque não era feito em nome da Câmara, nem em nome de nenhuma instituição oficial, era feito em nome pessoal e o Presidente da Câmara não censurava ao que os seus funcionários diziam, mesmo quando discordava deles ou sabia que alguns diziam asneiras e alguns diziam, mesmo quando faziam acusações ao próprio Presidente da Câmara que eram fundamentadamente falsas, mentirosas, difamatórias, o Presidente da Câmara, nunca chamou um trabalhador ao seu Gabinete para lhe dizer que não podia andar a dizer determinadas questões ou que andava a dizer determinadas questões. Nunca o fez. Eventualmente noutros locais haveria quem já não estivesse sequer a trabalhar na Câmara por certas questões que já escreveu e já disse, mas não o tinham feito e referiu esperar nunca o vir a fazer, a não ser que algum dia a questão tomasse proporções tão graves que fosse mesmo obrigado a fazê-lo. Não pretendia chamar nunca a atenção aos trabalhadores que trabalhavam, nem perto de si, nem longe de si sobre aquilo que escreviam no seu perfil numa rede social. A única questão que poderia chamar à atenção, e até porque estavam presentes os restantes Vereadores e sabiam que tinha sido tema de uma conversa numa última reunião privada, poderia referir ao responsável de algum trabalhador, não se tratando sequer de dar nenhuma reprimenda, porque não era o seu papel, dar reprimendas, mas de referir que os trabalhadores em geral e alguns trabalhadores tinham obrigações profissionais quando falavam da sua entidade patronal sendo essa questão algo que todos deviam ter presente.

Sobre a questão dos eventos, se existisse algo que não faltava no concelho da Moita eram eventos, realizando-se muitos. Era necessário separar as águas. Uma questão era aquilo que a Câmara Municipal apoiava, os eventos, as iniciativas, as atividades, as muitas atividades realizadas pelo Movimento Associativo. Outra questão eram atividades de iniciativa privada. Nunca disseram a um empreendedor que queira organizar um Festival, um espetáculo ou algo do género que não o faria. Não podiam era ser empreendedores com o dinheiro público, empreendedores tinham de o ser com o seu dinheiro. Quem pretendia fazer um Festival, investia, fazia, recebia. Para além do mais também não

encarariam com bons olhos que se fossem realizar iniciativas privadas que entrassem em concorrência direta com iniciativas do Movimento Associativo que eram apoiadas pelo Município, ou seja, em qualquer uma que se pudesse pensar não. Agora fazer como em tantos locais, não faltando pelo país fora e até no concelho, por vezes, ocorriam tanto no espaço público, mas nos espaços privados eram as pessoas que organizavam eventos, festivais de música, encontros, teatros, o que não constituía problema algum para a Câmara. Se quisessem fazê-lo no espaço público, a taxa de ocupação do espaço público no concelho da Moita era quase irrisória, portanto não seria por aí que um investidor deixava de investir, por pagar a taxa de ocupação do espaço público, mas tinha de a pagar. Daí a diferença da Feira Medieval e do BB Blues Fest.

Sobre os critérios que presidiam à atribuição de subsídios à Feira Medieval e BB Blues Fest estavam todos explícitos nas normas de atribuição de apoios ao Movimento Associativo da Câmara, e todos os apoios que eram dados estavam explícitos nos contratos-programa que eram feitos com as organizações que organizavam os eventos, sendo significativo o facto de serem sempre aprovadas por unanimidade na Câmara. Independentemente das diferenças de opinião que tinham em relação a muitas questões, no que dizia respeito aos apoios ao Movimento Associativo tinham uma grande unanimidade, aliás, nem se recordava de uma situação em que tivesse sido rompida.

Relativamente à questão que o Sr. Yuri Ribeiro colocou, houve aspetos da sua intervenção que não entendeu bem, mas pareceu-lhe que o munícipe não tinha interpretado bem as suas palavras na sessão da Assembleia Municipal. Estavam a falar do aeroporto e dos empregos criados pelo aeroporto, onde referiu que grande parte dos empregos criados seriam nas áreas em que os aeroportos consumiam mais mão-de-obra, que eram conhecidas, a manutenção, a segurança, entre outros tendo referido posteriormente que em primeiro lugar qualquer emprego era tão digno como qualquer outro, não existindo para si qualquer diferença do ponto de vista da dignidade do trabalho, qualquer trabalho era digno, fosse um cirurgião, fosse um trabalhador de uma empresa de segurança, ou outro. O que referiu de seguida e que veio ao encontro do que era referido comumente por tantos governantes do país foi que necessitavam de aumentar a qualificação dos trabalhadores, necessitavam de mais formação, o que era verdade. Eram necessárias empresas mais avançadas, eram necessárias novas tecnologias, porque aí residia a economia do futuro. Concordando com tudo isso, não se satisfazia por lhe dizerem que na região iam criar três mil empregos na segurança e nas limpezas, por considerar que tal não era suficiente, relativamente a esses empregos, muito bem, viessem, três mil, quatro mil, ou os que fossem, mas necessitavam de muito mais coisas e o problema do aeroporto era que não trazia mais coisas, só trazia o que foi referido, ficava-se por ali. O contexto das suas palavras foi o referido, não foi mais nenhum.

Sobre as questões colocadas relativamente ao amianto, e dirigindo-se ao Sr. José Carvalheira, usar na mesma frase “tenho a certeza absoluta” e “penso que” era só por si uma contradição e na situação em concreto estava a pensar mal, pois o amianto nas condutas de água não tinha qualquer perigo, estando demonstrado, estando escrito, podendo explicar o porquê. Os perigos do amianto decorriam da inspiração de partículas que se libertavam e que se alojavam nos pulmões. Eram partículas muito densas que se entrassem nos pulmões, mesmo tossindo, não saíam, e na maior parte das vezes a partícula era densa e era pequena, alojava-se nos alvéolos e uns anos mais tarde criava-se um tumor à volta. Ingerido de outra forma, ou seja, beber água com amianto, entrava e saía e não havia problema. Estava escrito pelas autoridades de saúde e autoridades sobre a água no país e na Europa e daí que era uma enorme contradição falarem do amianto nos tetos e não falarem da água que bebiam e muita dela em condutas que eram de fibrocimento e tinham as partículas. O perigo das condutas, e para o qual eram necessárias precauções especiais, era quando se estavam a fazer reparações, ou seja, quando os trabalhadores cortavam deviam usar todas as medidas de proteção porque de facto aí é podia haver perigo para os trabalhadores, quer para as pessoas que estivessem à volta. Nessa situação eram necessárias precauções especiais.

Sobre a questão da limpeza, acrescentou que as pessoas gostavam de ver os funcionários da Câmara à sua porta, na sua rua, no seu quarteirão, mas era necessário perceber as diferenças, todos nós pagávamos o mesmo à partida, de impostos, de taxas, mas os locais não eram todos iguais. Num

quarteirão da Moita vivia mais gente do que num Bairro como aquele em que estavam, passavam, viviam, atravessavam, existiam escolas junto, logo tinha mais movimento ali do que num Bairro como aquele em que estavam. Se houvesse um dia em que falhasse a limpeza numa zona junto a uma escola na Moita, junto a uma zona do centro, onde passavam milhares de pessoas todos os dias, era um problema, diferente de um bairro, onde vivia menos gente, onde a carga de resíduos que acabava por cair era diferente. Existiam locais que não dispensavam a presença de uma pessoa em permanência e existiam locais que funcionavam com uma passagem semanal da varredora mecânica, e tinham de gerir daquela forma. Acrescentou que ia ao Bairro muitas vezes, por ser um frequentador assíduo de um dos estabelecimentos do Bairro e nunca viu uma situação que o escandalizasse, mas no entanto, em qualquer dia que existisse uma situação efetivamente anormal, que houvesse lixo espalhado pelas ruas podiam dizer-lhe que procuraria ir ao local de imediato e procuraria que os serviços respondessem rapidamente porque por vezes existiam situações anormais, um saco do lixo que ficou fora e se rompeu, eram situações que aconteciam, mas no dia-a-dia, nunca se apercebendo que o Bairro estivesse mais sujo do que qualquer outra zona da Moita, pelo contrário, como já referido, aquelas zonas de mais intensidade de passagem de pessoas tinham normalmente mais problemas. As folhas não eram lixo, estando no outono, as folhas caíam, e todos gostavam das árvores e árvores de plástico ainda não eram opção, portanto nas árvores a folha caía e existiam cidades onde a folha no chão servia para fazer postais para os turistas, ser tão sensíveis que até as folhas incomodavam não era necessário.

No que se referia ao passeio na estrada, o problema é que era uma estrada. Quando se falava de ruas, era suposto estas terem passeios. Quando se falava de estradas, falavam de algo que normalmente tinha anos, que não tinha edificação à volta, ou que normalmente tinha poucas e os passeios, até há pouco tempo atrás, nem sequer se falava disso, de colocar passeios na estrada. Atualmente, em alguns casos, a pressão urbana ia aumentando, as pessoas queriam deslocar-se e iam-se fazendo passeios, mas em alguns locais não conseguiam executar verdadeiramente passeios, faziam umas bermas porque não tinham espaço. As pessoas dizerem que o espaço estava livre, poderia estar livre, mas tinha dono e não seria racional pagar dezenas ou centenas de milhares de euros para comprar propriedades para posteriormente executar um metro e meio de passeio. Usavam as bermas onde existiam e na medida em que existiam. Tinham vindo, em colaboração com a Junta de Freguesia, a realizar aquele trabalho, a colocar passeios em alguns troços, como na zona do Penteado, na zona de São Sebastião e dariam continuidade àquele trabalho, mas era um processo que não era rápido e nalguns casos tinham mesmo um ou outro problema mais difícil de ultrapassar.

Durante todas as décadas anteriores a 2018, a organização dos sistemas de transportes e dos autocarros, a emissão de licenças, o controle, e a fiscalização eram da alçada de Institutos da Administração Central, não eram competência das Câmaras. Sempre tiveram opinião, de facto que o serviço de transportes rodoviários no concelho da Moita e na região em geral era deficitário, era escasso sobretudo que se limitava quase exclusivamente às zonas que davam lucro, portanto, às zonas que tinham muita gente, quando se tratava de circuitos para além daquelas zonas onde não existiam muitos passageiros as empresas não queriam ir. Os únicos serviços de autocarros que conseguiam ter em zonas com bairros mais periféricos, ainda assim tinham a ver com os transportes escolares. Como era, e é obrigatório, ter transportes escolares e ter uma carreira pelo menos para servir as entradas e as saídas nas escolas existia, mas não mais do que isso. A partir de 2018/2019 a situação estava a mudar, na medida em que houve uma Lei que atribuiu a competência às Câmaras Municipais e às Áreas Metropolitanas, na sequência disso o que era competência das Câmaras Municipais foi passado para as Áreas Metropolitanas por deliberação de todas as Câmaras para a Área Metropolitana de Lisboa e estavam a trabalhar numa profunda alteração de toda a rede de transportes rodoviários. A primeira ação de grande impacto no âmbito da nova responsabilidade das Câmaras foi a alteração dos passes sociais e foi finalmente, quase ao fim de quase 40 anos, haver passes sociais como deve ser, passes multimodais, a preço reduzido, para todos os tipos de transporte, para toda a região era algo que há dois anos atrás ainda parecia inatingível e na atualidade existia e funcionava, com a participação, com o cofinanciamento do Estado, das Autarquias e naturalmente da parte que as pessoas pagavam. O que se estava a preparar atualmente, estando muito próxima a aprovação final dos documentos finais do



concurso no Conselho Metropolitano e no início do ano de 2020, certamente teria início o concurso para a emissão de novas licenças para a reestruturação completa da rede de transportes rodoviários da Área Metropolitana de Lisboa. Naquele quadro estava prevista a criação no concelho da Moita o aumento da frequência, o aumento do número de transportes, e do número de carreiras e também estava previsto carreiras que servissem melhor a zona periférica, designadamente através de um circuito urbano, que andasse à volta, passasse junto aos Bairros e fosse ao centro da Vila, dando a volta. A questão estava dependente do concurso que estava a decorrer. Toda a alteração, no geral da Área Metropolitana tinha previsto um aumento de 40% das circulações de autocarros e de carreiras a funcionar, o que só aconteceria, se o concurso corresse bem e não houvesse aqueles fatores que por vezes atrasavam os concursos, de reclamações de um concorrente ou outro, se tudo corresse bem, para o final de 2020. Era provavelmente o maior concurso público jamais feito em Portugal, pelo valor que envolvia, quase mil milhões de euros porque o concurso era feito para 7 anos, era um valor de facto muito elevado e por isso era um concurso moroso, mas estava a andar, mais uma vez aquilo que há uns anos parecia inatingível no momento já estava à vista, não faltava muito para terem autocarros com regularidade a passar na Estrada de São Sebastião.

Agradeceu a todos os munícipes a sua participação, solicitando que não deixassem nunca de participar, de colocar as questões, que procurariam responder na medida da informação que tivessem e do possível, também para não ocupar demasiado tempo mas de qualquer maneira por vezes existiam questões mais concretas que se entendessem deviam procurar marcar reuniões com os Srs. Vereadores ou consigo próprio, para se procurar discutir em mais pormenor um ou outro aspeto. Convidou ainda os munícipes a permanecerem uma vez que iam de seguida entrar na parte da reunião de Câmara propriamente dita.

Não havendo mais intervenções, passou-se de seguida ao Período Anterior à Ordem do Dia.

#### PERÍODO ANTERIOR À ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente apresentou para conhecimento:

- A posição atual do Orçamento da Receita do presente ano, o resumo da posição do Orçamento da Despesa, assim como o Resumo Diário da Tesouraria

De seguida o Sr. Presidente deu a palavra aos Srs. Vereadores que manifestaram intenção de intervir no Período Antes da Ordem do Dia.

Sr. Vereador Carlos Albino – Interpelou o Sr. Presidente referindo questões que algumas pessoas lhes tinham feito chegar, algumas das quais estiveram presentes na reunião de Câmara, nomeadamente no que concernia aos parques, e mais especificamente ao Parque da Moita que era visível para todos que necessitava de requalificação, e no caso os eleitos do Partido Socialista já tinham feito uma visita recente ao Parque da Moita e verificaram muitas das questões que foram levantadas, solicitando ao Sr. Presidente que houvesse mais atenção no Parque da Moita, referindo ainda que partilhavam de algumas das questões que foram levantadas na reunião, nomeadamente a criação de espaços como quiosques entre outros e que não era exclusivo do Parque da Moita, mas também extensível a outros parques, como o Parque das Canoas, no Gaio, o Parque Zeca Afonso, que pela sua dimensão poderia justificar outro tipo de equipamentos, o Parque das Salinas, em Alhos Vedros, para lhe dar outra vida. A questão não era nova, era algo que o Partido Socialista vinha há muito a defender, e que defendeu

no seu Programa Eleitoral durante a campanha eleitoral e que já foi falado em reunião de Câmara algumas vezes. Lembrou que quando falavam de equipamentos, em 2014 foi aprovado em Assembleia Municipal na Baixa da Banheira uma recomendação que visava criar circuitos de manutenção. Primeiro foi referenciado o Parque José Afonso na Baixa da Banheira e que poderia ou não ser extensível a outros parques do concelho. Deu nota de que, da altura até à atualidade, nada tinha sido feito, era uma intervenção simples de ser levada a cabo, criar circuitos, com diferentes distâncias, proporcionando assim diferentes níveis de intensidade que poderia ajudar a promover a prática desportiva. No que se referia a questões que foram trazidas no Bairro da Caixa, falando nele porque também há pouco tempo, em agosto, efetuaram uma visita ao Bairro da Caixa e levaram a reunião de Câmara algumas questões relacionadas com o Bairro, tanto no que se referia ao espaço público, os caixotes do lixo, a forma como estavam colocados, o que também foi referenciado na reunião em curso, aproveitando a oportunidade para assinalar a questão uma vez mais, dado que não foi intervencionado, tornando-se por si só ainda mais relevante que a Câmara Municipal, apesar de os recursos não serem ilimitados pudesse ter uma atenção em relação às questões que foram colocadas sendo certo que em 2014, em outras condições teve oportunidade de assinalar a necessidade de requalificar o ringue do Bairro da Caixa, que foi intervencionado, mas existindo todo um conjunto de questões que também na altura foram faladas, nomeadamente o arranjo dos espaços verdes, a iluminação, colocação de um bebedouro entre outros, questões que continuam na atualidade, mais que nunca a serem pertinentes, e a que era necessário dar atenção. Aproveitou para alertar, uma vez mais, o Sr. Vereador Miguel Canudo, para uma situação que relataram numa das ruas do Bairro da Caixa, em que o estacionamento era em espinha e as pessoas estavam a estacionar de outra forma, o que fazia com que o murete estivesse todo partido, situação da rua que já havia relatado em tempos, continuava na mesma, não foi intervencionada, sendo importante intervencionar aquele espaço.

Fez votos para que tomassem atenção às questões que terminou de levantar, para que não houvesse necessidade de voltar a referi-las em reunião, e que não se passa-se tanto tempo, que por vezes quase se esqueciam daquilo que já referenciaram, sendo quase necessário andarem a vasculhar nos papéis para ver o que já tinha sido dito. Manifestou a sua desilusão pela manutenção dos problemas, praticamente os mesmos, com o passar dos anos.

Sr. Vereador Joaquim Raminhos – Cumprimentou a direção da Associação de Moradores do Bairro Novo, referindo gostar muito das sessões de Câmara públicas devido aos momentos como aquele em que estavam, onde havia possibilidade dos munícipes participarem em direto e dizerem o que pensavam, apresentarem os seus problemas. Era um exercício de cidadania que apreciava bastante, considerando que enriquecia a democracia local e era o sítio certo para colocar as questões. Apreciou a questão, considerando que as questões colocadas na reunião por todos os munícipes que saíram da sua casa, vieram à reunião e disseram o que lhes aprouve dizer, o que era bom, independentemente de posteriormente poderem estar de acordo ou não, ou se todas as questões seriam respondidas, considerou ser um bom exercício que estavam a viver.

Acrescentou não ter intervindo no período anterior por ser o período dos munícipes, intervindo na altura que era o seu período de intervir, na ordem do dia. No entanto aludiu a algumas questões colocadas, nomeadamente com a questão colocada pelo Sr. Daniel Demétrio, que na sua intervenção falou na palavra respeito, sendo verdade que era uma palavra muito cara a todos os eleitos, na sua opinião, merecem respeito. Os munícipes tinham de ser respeitados, tinham de respeitar os eleitos, sendo a forma em que era possível conviverem. Era o que acontecia em democracia e tinham de respeitar a diversidade de opiniões. Falou-se nas redes sociais e o Sr. Vereador Luís Nascimento, a propósito das redes sociais referiu que os eleitos tinham opiniões diferentes, já repararam que tinham sobre a utilização das redes sociais. Defendia as redes sociais por serem algo do nosso tempo, tal como existiam, através do *Facebook*, mas chegava a uma altura em que tinham de existir regras porque caso contrário começa a resvalar para a falta de respeito. Acontecia que nas redes sociais não valia tudo, na condição da sua profissão, estando muito em contacto com jovens diariamente e ia-lhes transmitindo a ideia de que não valia tudo. Podiam colocar a sua opinião, podiam até contradizer a opinião do outro,

mas sempre com respeito, e o que vinha acontecendo, como foi falado pelo Sr. Vereador Luís Nascimento e tinha que ser falado, porque o assunto foi falado na última sessão de Câmara que foi privada, e o Sr. Vereador foi chamado à atenção porque estava a utilizar a rede social para comentar propostas da Câmara que ainda não tinham sido discutidas em sessão de Câmara e nessa situação, sim, o Órgão já estava a ser desrespeitado porque através de uma rede social estava-se a desvirtuar o Órgão, porque se estava a colocar em praça pública, as respostas que ainda não foram discutidas em reunião. Nesse aspeto tinham opiniões diferentes acerca da utilização das redes sociais. Claro que o Sr. Vereador Luís Nascimento estranhou virem munícipes em sessões de Câmara públicas falarem do que algumas pessoas dizem nas redes sociais. Claro que as pessoas tinham razão. Mas os eleitos, como responsáveis políticos tinham de dar um exemplo de como é que as regras começavam a resvalar, porque na atualidade, nas redes sociais utilizavam-se pseudónimos, figuras falsas, notícias falsas. Provocavam-se autênticos assassinatos de pessoas em praça pública através das redes sociais e isso não se devia permitir, deviam dar o exemplo. Muito recentemente tinha havido uma situação, preocupante, um processo disciplinar na Câmara. Estando na Câmara já há alguns anos e tendo visto alguns processos, referiu nunca ter assistido a algo como o que aconteceu. Os processos disciplinares eram algo muito sério, que envolvia pessoas, a sua vida, por vezes um processo disciplinar originava despedimentos, algo que não era agradável, mas recentemente foi pespegado nas redes sociais as atas e propostas de sessões onde se tratava de processos disciplinares, o que nunca aconteceu na Câmara desde que foi eleito. Considerou o assunto grave e que havia que acabar com a questão, porque aí sim estavam a desvirtuar o Órgão, a Câmara Municipal e a faltar ao respeito às pessoas que estavam a ser abordadas em processos, porque eram pessoas, que andavam nas ruas, corriam riscos. Dirigindo-se ao Sr. Vereador Luís Nascimento reafirmou que era com aquela questão que se preocupavam, por não ser uma brincadeira, ser a vida das pessoas. Estando de acordo que continuassem a utilizar as redes sociais e informando que também possuía uma página no *Facebook*, embora não sendo grande ativista das redes sociais, considerou que deveriam continuar a utilizá-las, porque eram uma ferramenta do século XXI, mas com algumas regras, com ética na questão.

Relativamente às questões colocadas em reunião, mostrou-se de acordo com a preocupação referida em relação aos espaços públicos, que se não fosse trazida pelos munícipes significava que não viviam no concelho porque também os eleitos notavam que algumas questões tinham de ser cuidadas, mas já tinha sido referido que estavam atentos e inclusive o Sr. Vereador Miguel Canudo referiu a aquisição de uma nova máquina para cortar a relva, o que revelava que estavam atentos e concordando com algumas críticas feitas pelos munícipes, que registavam e tentavam melhorar na medida das possibilidades as situações referenciadas.

No que concernia ao amianto, e tendo em conta o setor da educação, deixou a questão à Sr.<sup>a</sup> Vereadora Vivina Nunes, a preocupação do amianto, sendo um tema que já foi na atual legislatura à Assembleia da República, se na área da educação existia algum problema de amianto nas escolas do concelho. Porque as pessoas questionavam se estavam atentos, se estava tudo removido ou existiam alguns espaços que ainda iam ser removidos, uma vez que não havia dúvida de que se trata de um caso de saúde pública que deviam estar atentos, fazer um esforço nesse sentido. Inclusive no local onde estavam a realizar a reunião e estando presente o diretor, colocou que eventualmente teriam de fazer uma conjugação de esforços, para que um dia fosse possível arranjar meios financeiros também, para auxiliar a coletividade a renovar o teto. Era uma área a colocar na agenda, para irem tratando, porque era sabido que não se podia mudar tudo ao mesmo tempo, mas estar presente como preocupação. Relativamente à educação, era um assunto nacional a questão do pessoal nas escolas, a nível dos assistentes operacionais, dos professores. Questionou a Sr.<sup>a</sup> Vereadora Vivina Nunes, que tinha a área da educação, se tinha algumas informações, se tudo estava a correr bem nas escolas do concelho, se não existiam problemas relativamente à falta de pessoal, para ficarem com uma ideia de como estava o concelho na área da educação.

Aproveitando a referência feita pelo Sr. Vereador Luís Nascimento à existência de diferenças ideológicas entre os eleitos, confirmou que era uma verdade e ainda bem, na sua opinião, porque se todos pensassem da mesma forma seria uma chatice. No entanto, no debate político, havia que realizar

um jogo de verdade, e quando o Sr. Vereador Luís Nascimento referiu que em termos ideológicos era a favor da iniciativa privada e que todos os outros eleitos seriam contra a iniciativa privada. Foi o que entendeu das palavras do Sr. Vereador, mas não era bem assim e a Câmara tinha sido um exemplo disso.

Questionou o Sr. Vereador se tinha conhecimento que nas Sessões do Dia do Município, vendo o histórico, existiam sempre entidades que eram reconhecidas pelo seu trabalho, eram agraciadas com medalhas de mérito cultural, económico. Havia que verificar quantas entidades de iniciativa privada eram ali destacadas e agraciadas. Seria porque, com certeza, o Município da Moita estava atento à iniciativa privada. Não se tratava de serem contra a iniciativa privada ou a favor, todos os esforços eram bem-vindos à sociedade e como tal existiam espaços públicos e que deviam ser de utilidade pública e existiam iniciativas privadas que tinham as suas regras de intervenção na sociedade e que tinham todo o cabimento. Queriam mais investimento no concelho, viessem entidades privadas, realizassem investimento no concelho, auxiliassem ao desenvolvimento do concelho. Considerou que nenhum dos eleitos estaria contra tal questão. Só por ser iniciativa privada não estavam contra, teriam era de existir algumas regras para a questão não cair em alguma selvajaria, como por exemplo a existência de determinadas áreas tais como a saúde, a educação, em que existindo um Estado Social, onde felizmente existiam escolas públicas, hospitais públicos, para que todos, tivessem ou não meios, terem direito a assistência na saúde, direito à educação, o que antes de 25 de abril de 1974 não era bem assim. O 25 de abril veio dar essa possibilidade, as portas das escolas públicas abriram para toda a gente, todos tiveram acesso à educação, todos tiveram direito à saúde. Pediu-se à iniciativa privada para se enquadrar nas regras democráticas existentes e dar o seu contributo, respeitando o espaço do público, e o espaço do privado. Era só essa a diferença. Deixou a nota para não saírem da reunião com a ideia de que na ponta da mesa dos eleitos existe uma pessoa que defende a iniciativa privada e que todos os outros na mesa eram contra a iniciativa privada. Não se tratava disso, não era verdade. Queriam que todos coubessem dentro do espaço do concelho, respeitassem as regras, e seriam bem-vindos, a bem da comunidade e da sociedade.

Sr. Vereador Luís Nascimento – Começou por saudar o Clube do Bairro Novo, por tê-los recebido naquela data, tendo-se dirigido anteriormente aos munícipes, que haviam colocado questões, não querendo deixar de os saudar, porque aquando da realização das reuniões descentralizadas, quando visitavam coletividades, ou outros espaços, também era uma forma de estarem próximos das pessoas, para que mais facilmente contactassem com os eleitos.

Tendo em conta a intervenção do Sr. Vereador Joaquim Raminhos, fez alguns esclarecimentos que lhe pareceram importantes, não estando a pensar realizá-los até porque a questão tinha sido discutida numa Assembleia Municipal, a pessoa que a havia colocado não tinha feito, no local que devia o mesmo discurso para poder responder e como tal achou que não iria responder, mas uma vez que o Sr. Vereador Joaquim Raminhos resolveu colocar o assunto considerou que naturalmente havia que responder. Em primeiro lugar, desmistificar a questão que ficou meio no ar, e fazê-lo muito claramente. Não foi o próprio quem fez algum *post*, quem publicou alguma ata da reunião que ainda não tivesse saído ou alguma proposta numa rede social. Quis deixar claro, que não foi quem o fez, acrescentando que na reunião da Assembleia Municipal, uma pessoa vinda do mesmo partido, não sendo o Sr. Vereador Joaquim Raminhos, mas um alto dirigente do B.E. que resolveu fazer a acusação, do nada, o que o surpreendeu bastante. Após a intervenção do Sr. Vereador Joaquim Raminhos, concluiu que algures na sede do B.E. deviam estar com alguns alinhamentos trocados. Ainda foi mais longe, e quis dar a entender a questão numa resposta que deu anteriormente ao munícipe Daniel Demétrio. Aquando do caso do processo disciplinar houve de facto alguém que foi, numa rede social, o *Facebook* referir que “Imaginem, houve uma pessoa que roubou e nem sequer foi despedida, só a mudaram de local.”. Num comentário, referiu que tal não era verdade, porque tinha havido de facto a proposta para a pessoa continuar como funcionária, mas que não havia sido aprovada. Não revelou qual o resultado da votação, não revelou nada relacionado com essa questão. Acrescentou que esclarecia e esclareceria sempre, fosse no *Facebook*, fosse na mesa de café ou onde fosse, quando alguém diante de si dissesse uma

inverdade, uma mentira, sobre a Câmara Municipal da Moita, a que pertencia, naturalmente esclarecendo, e como tal, o que disse foi que era verdade, que tinha existido uma proposta no sentido da pessoa não ser despedida mas nem sequer foi aprovada, e nem sequer referiu o resultado da votação, não interessava, a votação foi secreta, disse o seu voto.

Segunda questão, sobre as propostas terem saído nas redes sociais, terem sido primeiro discutidas nas sedes dos partidos, em mesas de café, etc., na semana que decorria o Partido Socialista disse que tinha entregado uma proposta sobre uma questão rodoviária que não foi agendada, e saiu. Considerou a questão completamente normal, não vendo qual era o problema de alguém que ia fazer uma proposta dizer que a ia fazer, discutir com amigos, discutir com companheiros no seu caso, camaradas noutros casos, do partido, falarem com pessoas. Não via qual o drama da questão, embora alguém fizesse disso um grande drama e pior do que isso, como disse na sua intervenção anterior, na resposta, era pensar-se que a questão era tema para uma reunião de Câmara, o que para si era absurdo, ou seja, aquilo que se discutia na mesa de café ou aquilo que se discutia nas redes sociais ser tema para posteriormente discutirem em reunião, mas se achavam que sim, não diria o contrário.

Por fim, quando falou sobre a iniciativa privada, aquilo de que estava a falar era sobre investimento num Parque, sobre mais ou menos cafés, pois acreditava perfeitamente que algumas iniciativas privadas naturalmente que muita gente concordaria, até porque, e dirigindo-se diretamente ao Sr. Vereador Joaquim Raminhos, relembrou um discurso há pouco tempo da líder do B.E. em que referiu que afinal o B.E. também era social-democrata, portanto afinal também eram pela iniciativa privada. Eram pequenas questões, naturalmente o que pretendia referir na altura e em resposta a uma munícipe era que não o chocaria nada ver mais iniciativa privada, ou seja, ver no espaço público de jardins mais quiosques, pois era desse assunto que estavam a falar. Naturalmente também concordava que existiam questões que tinha de ser o Estado, não lhe passando pela cabeça que a segurança, a polícia, etc., fossem do setor privado. Não era o *far west*. A educação, a saúde, naturalmente eram áreas onde o público tinha de estar presente, como era óbvio. Acrescentou não ser fanático do privado. (Gravação inaudível).

Vereador Luís Chula – (Início da gravação inaudível). No dia 19 e no dia 25, na escola básica n.º 1 de Alhos Vedros, onde se tentou sensibilizar as crianças no sentido dos planos familiares de emergência, que normalmente é o kit de emergência, através de jogos, e projeção de vídeos sobre sismos. Voltando ao dia 15 de novembro, que foi o dia nacional do exercício, para referir que estavam na escola Mouzinho da Silveira e foram alertados para um incêndio num apartamento na rua das Descobertas, na Moita. Informou que estiveram presentes durante todo o acontecimento e tentaram dar o apoio possível às famílias que foram evacuadas e disponibilizaram os meios possíveis para algumas famílias que não tinham acolhimento de familiares para dormirem nessa noite, mas o que disponibilizaram não foi aceite pelas famílias em causa. A questão veio a propósito de um problema, que era um problema para o qual gostaria de sensibilizar a Câmara, para a questão de algo que veio a saber posteriormente, procurando bem o que estavam a falar e que era a insalubridade habitacional. Tratava-se de algo que tinha um nome técnico ainda mais elaborado que era Síndrome de Diógenes e que popularmente era denominado de acumuladores ou coletores de lixo. O apartamento em causa, que se incendiou, era de uma senhora que fazia acumulação de lixos que retirava dos caixotes, o que era evidentemente um problema de saúde pública, um problema que no seu entender obrigava a uma intervenção multidisciplinar para a prevenção, para a identificação dos casos que lhes chegam e eliminar os riscos quando conhecidos. Dirigindo-se à Sr.ª Vereadora Vivina Nunes, referiu julgar que teria de passar talvez, solicitando que o corrigisse se não estivesse correto, por uma intervenção do CLASM, que congrega segundo o que sabia, a saúde pública, a ação social, a saúde mental e ali, caso pretendessem o Serviço Municipal de Proteção Civil, que poderia dar uma ajuda, caso desejassem, sobretudo na identificação do risco e na avaliação do risco, se fosse necessária essa colaboração. Lançou um alerta à Câmara Municipal por ter conhecimento de outras situações e desconhecer o processo que permitia intervir no sentido de “obrigar”, da melhor forma, porque se tratavam de distúrbios psicológicos, essas pessoas a corrigirem o problema e sobretudo a retirarem o lixo que tinham acumulado nas casas. A questão veio



a propósito do dia em que houve o evento “A Terra treme”, tendo-se deslocado para acudir a uma situação proveniente da natureza atrás referida. Mostrou-se disponível para poderem abordar, em conversas mais restritas o assunto, mas quis trazê-lo à reunião de Câmara por lhe parecer ser um problema que abrangia uma diversidade grande de pelouros e naturalmente que podiam *à posteriori* consertar ideias, sobre a abordagem a realizar às situações que já se encontravam praticamente identificadas, por alertas de certos vizinhos.

Sr. Vice-presidente – Pediu o uso da palavra porque foi referido que em 2014 foi feita uma recomendação à Câmara para colocação de equipamentos de manutenção e de circuitos de resistência e que de lá para cá nada tinha sido feito. Desde que estava eleito na Câmara percebeu que o trabalho da Câmara na área do desporto, que era um trabalho de sistematização com objetivos e planeado, portanto, era qualquer coisa que não era assim de um momento para o outro, era um trabalho que era feito, que atendia a necessidades e que procurava responder a essas necessidades e que envolvia inclusivamente os participantes, procurava quem percebia, portanto era feito fundamentadamente. Referiram que de 2014 até à data nada tinha sido feito, até achou que era um pouco estranho. Apontou num papel, seis equipamentos no Parque José Afonso de manutenção, quatro equipamentos de manutenção no Parque José Bruno Malha, dois no Vale da Amoreira, seis no Gaio, quatro em Sarilhos Pequenos, dez em Alhos Vedros. Estavam a falar de cerca de três dezenas de equipamentos. Equipamentos de resistência, um na Baixa da Banheira, um em Alhos Vedros, um em Sarilhos, um no Parque da Moita que foi muito falado na reunião, recuperação de outros tantos antigos, e referiram que nada foi feito era estranho. Incontáveis recuperações de equipamentos de parques infantis que eram sempre vandalizados e que havia sempre dinheiro que era gasto constantemente com a questão, balúrdios, referir que nada foi feito, a desilusão referida só se fosse relacionada com tanto trabalho que foi executado.

Sr. Vereador Miguel Canudo – Referiu que apesar de a reunião já ir longa, por vezes ouviam-se questões de bradar aos céus, e referindo-se um pouco aos Parques, questão que foi colocada por um munícipe que já não se encontrava na sala, já havia saído, disse que o Parque Zeca Afonso era um parque excelente, que era visitado por dezenas de pessoas e que todas as pessoas olhavam para o Parque como sendo um Parque moderno, equipado. Lembrou que o PCP, e falando em PCP, ao longo de quarenta anos de poder democrático autárquico, tinham feito, em sua opinião um excelente trabalho, e nunca necessitaram da ajuda do Partido Socialista para seguirem o seu caminho. Dizer que os parques necessitam de ser intervencionados, que o parque da Moita já devia ter sido requalificado...tomara muitos concelhos e algumas cidades terem um parque como o da Moita, ou em Alhos Vedros, o Parque das Salinas.

Se poderia ter mais ocupação, de facto poderia, mas tinham equipamentos desportivos, tinham um parque infantil requalificado. O que tinham de fazer era levar as pessoas ao Parque. Iam executar uma intervenção na Caldeira de Alhos Vedros e no Parque das Salinas para tentar perceber se de facto o fenómeno de as pessoas não irem ao parque estava relacionado com o ambiente da caldeira e das próprias lagoas do parque. Iam então realizar uma intervenção de algum peso para perceber se era essa a questão e posteriormente tomariam as medidas necessárias também para tentar aproximar o parque às pessoas, o que era um trabalho contínuo, como foi referido pelo Sr. Vice-presidente, em que não podiam desistir dele nem abandoná-lo. Embora o Parque das Salinas de Alhos Vedros não os envergonhasse, sendo que o próprio não se envergonhava enquanto vereador responsável do ambiente, dando a sua cara pela Câmara, porque não envergonhava ninguém. Se por vezes existiam ervas, era porque as ervas cresciam, a relva também crescia. Não havendo no local pavimentos de plástico, tinham de ir trabalhando. No concelho existiam muitos hectares de parques. A autoestima das pessoas, a maledicência, a crítica pela crítica, embora a crítica fosse aceite, bem como o facto de que havia que trabalhar, iam trabalhando todos os dias, embora perdendo cerca de quarenta trabalhadores dos espaços verdes, sendo que ainda no próprio dia, mais uma trabalhadora se tinha aposentado, e como tal a questão era complicada, sendo evidente que quem investiu em milhares de euros, quem

investiu na altura milhares de contos para executar o tipo de parques existente já na altura entendia que exigiam manutenções. Nos últimos dez anos, no Parque Zeca Afonso, fizeram manutenções superiores a um milhão e meio de euros, portanto estavam a trabalhar, necessitavam de conselhos de pessoas que estivessem disponíveis para tal, que dessem sugestões de melhorias, sugestões no ambiente, ajudassem na recolha do lixo, ajudassem na recolha dos monos, e todos tinham oportunidade de participar num concelho melhor. No concelho da Moita, os parques infantis e os parques urbanos eram parques que faziam parte integrante do concelho, faziam parte da melhoria e do bem-estar da população.

Sr.<sup>a</sup> Vereadora Filomena Ventura – Agradeceu ao público por se ter deslocado no exercício da cidadania. Solicitou que lhe permitissem na segunda transmissão *on-line* de uma reunião pública saudar aquelas que por diversos motivos não puderam estar presentes na reunião e certamente a seguiam. Saudou ainda em especial a Associação de Moradores que na data os recebeu tão bem, sabendo todo o esforço que resultava da movimentação e da dinâmica para interagir com quem residia nos dois bairros, do Pinhal da Areia e no Bairro Novo. Fez dois alertas, sabendo à partida de algumas dificuldades de gestão que já tinham sido bastas vezes referidas na presente reunião, em relação aos funcionários e às dificuldades do tempo que também não lhes permitiam solucionar tudo. Alertou para o facto de, no Largo da Juventude, o estacionamento em frente à denominada escola secundária e ao ciclo, quem residia na Moita conhecia a questão, porque devido à impermeabilização dos solos com o alcatrão e aos passeios existiam no local uma quantidade enorme de folhas e a sua preocupação e o alerta estava iminentemente ligado com a situação de um momento para o outro poder começar a haver índices de pluviosidade muito grandes e a probabilidade de ficar alagado. Notou ainda quando andava a pé pela Moita, na Urbanização do Palheiro, o estacionamento por trás do ginásio. Em Alhos Vedros, já havia colocado a situação dos pilaretes na rua que ligava a SFRUA à Velhinha e que dava acesso à Santa Casa da Misericórdia. Todos concordavam que a situação estava relacionada com alguma incivilidade e a uma não consciência de que o que existia no espaço público era de todos, porque resultava de uma gestão daquilo que o Executivo da Câmara tinha, mas gostaria que a esclarecessem se já fora detetado e o que é que em princípio estavam a pensar fazer, contra o facto de as pessoas arrancarem os referidos pilaretes.

Sr.<sup>a</sup> Vereadora Vivina Nunes - Iniciou a sua intervenção com um especial agradecimento e uma saudação à Associação do Bairro Novo que os receberam sempre tão bem. Tentando responder a algumas questões que foram colocadas e fazer algumas considerações, em referência ao que foi colocado pelo Sr. Vereador Joaquim Raminhos, no que concernia às escolas e à questão das telhas de fibrocimento em algumas escolas, no parque escolar do 1º ciclo e pré-escolar do Município da Moita tinha vinte e cinco estabelecimentos, e tinham realizado gradualmente naqueles que tinham fibrocimento a sua remoção porque possuíam um estudo muito metuculoso sobre o seu estado e tinham realizado a remoção parcial tendo em conta o estado de conservação dos mesmos, estando quase a finalizar. Repetiu que dos vinte e cinco estabelecimentos de ensino do pré-escolar e 1º ciclo apenas três estabelecimentos ainda tinham telhas de fibrocimento. De qualquer forma eram escolas que estavam a ser vistoriadas regularmente para verificar a situação em que se encontram as telhas, todas elas se encontravam em bom estado de conservação e nenhuma delas estava exposta diretamente sobre as crianças, tendo sempre um teto falso. De qualquer forma as três escolas seriam intervencionadas tão rapidamente quanto possível porque faziam parte também de um trabalho estruturado há muitos anos, porque o trabalho que tinham vindo a fazer regularmente com as escolas não o faziam sozinhos, era feito com os parceiros, um trabalho estruturado que tinha metodologia e não obedecia, a não ser em casos de acidente, a um “que é aqui e depois teria de ser acolá”. Não era realizado dessa forma, tinha de ser estruturado no tempo, calendarizado, a não ser que existisse uma situação de risco iminente, então sim, intervinham de imediato, mas o trabalho estava estruturado e a caminhar no sentido referido. De qualquer forma tinham oito estabelecimentos de ensino de segundo e terceiro ciclo e secundário (seis de segundo e terceiro ciclo e dois de secundário), em que sete eram

do Ministério da Educação e todos eles tinham fibrocimento e sabiam que não estava conservado porque realizaram uma vistoria no âmbito daquilo que foi o trabalho desenvolvido para a recusa da descentralização de competências, que foi realizado com a coerência de ir aos locais e verificar o que havia para fazer e nas escolas do 2º e 3º ciclo, bem como na escola secundária da Baixa da Banheira existiam telhados também de fibrocimento, alguns em mau estado de conservação e em algumas escolas de 2º e 3º ciclo até questões de estrutura estavam colocadas em causa, daquilo que lhes foi dado a saber e que também foi revelado a todos os Srs. Diretores em Conselho Geral, porque o Sr. Presidente da Câmara esteve presente em todos os Conselhos Gerais, abordando a questão da descentralização, o porquê de não a aceitarem e também dar conta das obras que se aperceberam que estavam por realizar nas escolas do Ministério da Educação. Aí tinham a certeza de que à exceção de uma, todas possuíam fibrocimento e não sabiam se algumas não estariam mesmo muito degradadas.

Relativamente aos auxiliares de educação e à colocação de professores, informou que as auxiliares de educação, aos assistentes operacionais que na Câmara continuam a denominar como auxiliares de ação educativa porque consideravam ser essa a sua função, embora fossem na sua categoria, assistentes operacionais, a responsabilidade da Câmara era somente no pré-escolar. O rácio do pré-escolar era uma auxiliar por sala, e estava devidamente cumprido, como já estava antes de o rácio ser uma auxiliar por sala, já estava cumprido, já tinham uma auxiliar por sala e em alguns casos até existia mais do que uma auxiliar por sala. Ainda no pré-escolar tinham de colocar as auxiliares de ação educativa ou assistentes operacionais que iam dar apoio às crianças que tinham necessidades educativas específicas, mas tinham que ter uma autorização do Ministério da Educação porque não tinham, não queriam, nem deviam ser os Municípios a avaliar o estado de dependência de cada criança e da sua deficiência e como tal devia ser o Ministério da Educação, que tinha de dizer que determinada criança tinha direito a um apoio ou não. Sabiam que foram feitas nove solicitações à DGEST e que só foram autorizadas três, portanto também sabiam que existiam pais e professores que estavam muito preocupados, podendo até informar, uma vez que não era inconfidência nenhuma que foi junto do Agrupamento de Escolas da Moita junto com a responsável do pré-escolar e do 1º ciclo visitar algumas escolas porque houve crianças sinalizadas, onde não foram colocadas as auxiliares e que eram casos preocupantes. Foi efetivamente ver, sem a responsabilidade de avaliar por não ter essa competência, ou seja, tinha a competência, mas não na Câmara Municipal nem gostaria de a ter. Tinha-a enquanto profissional, mas essa questão era outra e havia que separar as águas porque embora fosse professora e muitos dos presentes o fossem e alguns gostassem de o ser ou fizessem que o eram quando estavam na mesa das reuniões, mas efetivamente separou as águas e esteve presente enquanto representante da autarquia e verificaram que se o agrupamento fosse fazer a contestação, o que devia, e que foi aconselhado foi que o agrupamento fizesse a contestação para que fossem colocados. Informou que noutros agrupamentos efetivamente havia crianças que os preocupavam pelo grau de dependência que tinham. Andavam, deslocavam-se, mas tinham outros aspetos de saúde muito complicados e não tinham a autonomia que deveriam ter, na sua perspetiva, mas não tinham, questão que tinham de se gerir entre o agrupamento, a DGEST e as direções. Assim que fosse dada autorização ao Município, colocavam de imediato a pessoa. No que concernia aos outros ciclos de ensino, que eram da responsabilidade do Ministério da Educação a informação possível de fornecer ao Sr. Vereador Joaquim Raminhos era que das reuniões realizadas de Conselho Municipal de Educação e das reuniões que realizava regularmente com os diretores dos agrupamentos e das visitas regulares que efetuava às escolas de 1º ciclo também, o que os professores e diretores referiam é que as auxiliares eram poucas, não estavam colocadas todas, que o rácio aparentemente podia estar cumprido, embora o executivo considerasse que era abaixo do que deveria ser, aparentemente podia estar cumprido mas não contavam e não substituíam auxiliares que estivessem em baixa prolongada, que estivessem em mobilidade no sindicato ou noutra função, que tinham direito, mas não eram substituídas, e depois resolviam os problemas com a contratação de pessoas a quatro horas, o que não resolvia de todo o problema das escolas e existiam realmente escolas com muitas crianças, que não tinham auxiliares suficientes. Também tinham conhecimento que em algumas escolas de 2º e 3º ciclo e nas bibliotecas

alguns serviços fundamentais, porque a educação evoluiu por forma a terem espaços nas escolas onde tinham de existir auxiliares e sabiam que alguns desses espaços, como a biblioteca escolar, tão importante para os estudos da criança e para a sua formação, muitas vezes estava fechada para que as auxiliares pudessem estar a realizar a limpeza, o que também lhes parecia inadmissível. Tinha de ser também uma constatação dos diretores dos agrupamentos, pensando que o faziam, dos próprios pais e o Executivo também acompanharia a sua tendência de reivindicação porque lhes parecia ser justa.

Relativamente aos professores a informação que receberam e que lhes foi feita chegar era de que estavam praticamente todos colocados à exceção de alguns grupos disciplinares mais difíceis, nomeadamente o grupo disciplinar de geografia, de história, de TIC's por incrível que parecesse, e de matemática. Portanto, eventualmente existiriam crianças que naquela altura do ano ainda não tinham o professor colocado, quando o primeiro período estava praticamente terminado. Aquela questão era uma questão deveras preocupante no que dizia respeito às reuniões que se tinham realizado e também de uma análise sua, como responsável da educação no concelho e conhecendo também a Educação no geral, sendo que o quadro de professores estava envelhecido. Há poucos dias tiveram uma ação de formação, com quarenta professores, em que a professora mais nova tinha 39 anos e referiu que na escola em que estava colocada era a mais nova. Tinham um quadro de professores envelhecido e não existiam professores a serem formados. A sua opinião, porque também a tinha, era de que os professores e a carreira dos professores foi de tal forma atacada nos últimos Governos, a começar pelo Governo do engenheiro Sócrates que delapidou a profissão de professor, e atualmente ninguém queria ser professor e tinham um problema enorme, porque qualquer dia tinham alunos e não tinham professores e a escola não funcionava sem alunos, nem sem professores. Era uma preocupação muito grande que tinham e que tinham que ser avaliada nos locais certos, mas que tinham de ter opinião, porque também estavam a fazer política e tinham que acusar e dizer o que não foi feito, foi feito menos bem e que levou à situação atual.

No que dizia respeito ao que foi colocado pelo Sr. Vereador Luís Chula, naturalmente era uma situação de CLASM (Conselho Local de Ação Social da Moita), que normalmente chamavam de CLASM, em que estavam todas as instituições sociais representadas. A Câmara Municipal da Moita presidia, através do Sr. Presidente, que podia delegar e no caso era a própria a presidente do CLASM. Tinha sido uma prática da rede social, não sendo as redes sociais que foram faladas anteriormente, era uma rede social de trabalho de instituições sociais e naquela rede social, o trabalho tinha sido sempre feito em parceria. Existia um grupo de trabalho que começou por ser um grupo de trabalho sobre idosos porque era uma das preocupações que estavam inscritas no plano de desenvolvimento social do Executivo que também já tinha muitos anos, criou-se um grupo de trabalho para idosos que rapidamente se transformou num grupo de trabalho para idosos e para as situações de vulnerabilidade porque apareceram bastantes, em que se enquadram as situações como as descritas e referenciadas pelo Sr. Vereador Luís Chula. Qualquer daquelas situações tinham de ser referenciada ao CLAS, a si própria, ou ao CLAS ou à Divisão de Assuntos Sociais ou a qualquer parceiro porque naquele grupo estavam inscritos todos os parceiros que podiam atuar naquelas debilidades. Normalmente aquelas situações tinham vários entrosamentos, como o Sr. Vereador Luís Chula referiu. No grupo estava incluída a saúde, a segurança social, as entidades que tinham as respostas alimentares e outras entidades, incluindo o Ministério Público, que também lhes encaminhava muitas situações do género. Sinalizavam e no grupo de trabalho, em parceria, despistavam e enviavam para os diferentes serviços aquilo que era a sua competência, porque numa situação como a que foi referida, existiam competências da segurança social, competências da saúde, competências também da limpeza que não eram de ninguém, mas que no concelho da Moita e felizmente por via das autarquias, das Juntas de Freguesia e da Câmara Municipal, e da Santa Casa da Misericórdia existia um projeto denominado Ecolar que ia a casa das pessoas que tinham menos possibilidades ou tinham debilidades como a referida e que faziam a limpeza. Naturalmente as pessoas eram acumuladoras, passado um tempo voltava a acontecer, portanto eram pessoas que tinham de ser seguidas e por esse motivo é que, quando traziam os relatórios do Ecolar, existiam pessoas que se fazia a limpeza e havia a intervenção pontual e existiam famílias que tinham

de ser acompanhadas bastante tempo porque tinha de ser realizada uma reeducação dessas questões. No que respeitava à saúde mental, também normalmente associada, era uma grande preocupação de todos, e tinham reivindicado várias vezes junto do Poder Central que a área da saúde mental tinha de ser pensada, tinha de haver estruturas de apoio à saúde mental porque as pessoas com problemas de saúde mental não tinham de ser colocadas em lares de terceira idade, as pessoas com problemas de saúde mental não eram pessoas com deficiência. Era uma doença própria, que tinha as suas particularidades e que tinha de ser vista e ter respostas adequadas para as suas especificidades, que causava situações muito preocupantes.

Tentando explicar algumas situações que sucederam no concelho nas últimas duas semanas, começou por informar que na semana anterior se comemorou o trigésimo aniversário sobre a convenção dos direitos da criança e a Câmara Municipal, como participava com a AMRS (Associação dos Municípios da Região de Setúbal), criou e fez uma publicação denominada “Pinta os teus Direitos”. A própria, o Sr. Presidente da Câmara e o Sr. Vice-presidente visitaram algumas escolas, para entregar os livros e falar com algumas crianças sobre os seus direitos. No seguimento colocou uma questão que era uma questão social também e que tinha de fazer refletir a todos, e que era a questão de chegarem a uma escola, falarem com uma criança, esta saber que se comemorava o dia do pijama, mas não saber que se comemorava o dia da Convenção dos seus direitos. Era preocupante. Havia que tratar as crianças e a Educação de outra forma e tinham de falar com as crianças. Estas diziam coisas muito interessantes como por exemplo, um familiar de alguém presente na mesa lhe disse: “as crianças têm direito a alguma liberdade”, ao que a própria respondeu que “não, que as crianças tinham direito a liberdade”, ao que lhe foi respondido que “não, que as crianças tinham direito a alguma liberdade porque não podiam fazer tudo o que queriam”. Era um bom exemplo para os adultos presentes na sala e todos os outros. Referiu ter adorado que a criança lhe tivesse chamado a atenção para o facto, porque as pessoas julgam que liberdade é fazerem tudo o que desejam. Acrescentou ainda que as crianças também referiam muitas vezes “temos direito a dar opinião”, o que era muito correto, porque todos tinham direito a dar opinião, mas toda a gente tinha direito a dar opinião, mas nem toda a gente tinha razão e a sua opinião não podia prevalecer sempre perante as opiniões dos outros. Referiu ainda que na segunda-feira anterior também se tinha comemorado o dia da Eliminação da Violência Doméstica, e no concelho da Moita foi sinalizado com várias ações durante o dia com o Centro de Atendimento à Vítima, em que os seus técnicos foram a algumas aulas da Universidade Sénior, porque se constatou que as vítimas de violência doméstica eram de todas as idades a partir dos 18 anos, porque antes dessa idade a questão era tratada nas CPCJ`s (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens), mas que tinha uma grande predominância na idade adulta, e nos idosos. A questão foi sinalizada e conversaram com as pessoas, sendo interessante perceber que este projeto da Câmara Municipal de ajuda, que ajudava a resolver algumas situações. Foi constatado pelos técnicos e pelos próprios que assistiram, que as turmas da Universidade Sénior eram grupos de ajuda. Retiravam as pessoas de casa, e apoiavam-se umas às outras. Algumas pessoas sentiram-se à vontade, em nome próprio, de colocar o seu caso e sentiram-se protegidas naquele momento, o que foi interessante e na sua opinião uma ação que deveria ser conhecida de todos. Acrescentou, por fim, que nos três últimos dias tiveram o festival ExpressArt, um festival de artes promovido por uma associação para pessoas com deficiência, a APPACDM de Setúbal mas que fez uma extensão na Moita já há dez anos, em que as instituições do concelho que também trabalhavam com crianças e jovens com deficiência, estiveram representados e começaram também assim a marcar o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, que seria no dia 3 de dezembro e culminaria com um encontro de reflexão na Biblioteca Municipal, no dia 3 de manhã, para o qual convidou todos os presentes, onde as entidades que trabalhavam naquela área iriam refletir sobre a deficiência, a inclusão, e por falar em inclusão referiu e registou que a Câmara Municipal da Moita foi distinguida com a marca de entidade empregadora inclusiva, pelas boas práticas que eram demonstradas no Município da Moita no que dizia respeito à inclusão de trabalhadores com deficiência, de estágios de pessoas com deficiência. Acrescentou pensar que não haveria na Região de Setúbal ainda nenhuma marca, sendo o primeiro Município. Deu conta do que foi feito uma vez que foram assinalado três dias bastante importantes, em que a Câmara Municipal tinha trabalhado e que eram o



assinalar dos Direitos da Criança, Eliminação da Violência Doméstica e Promoção da Inclusão no Município da Moita.

Sr. Vereador Carlos Albino – Agradeceu à direção da Associação dos Moradores do Bairro Novo a forma como os acolheram, bem como aos restantes presentes, e aos que estavam a assistir a partir de casa e desejar uma boa noite aos demais Vereadores e ao Sr. Presidente.

Levantou um conjunto de questões porque foi dito que tinha sido feita obra. Concordou que sim, mas depois do Partido Socialista e de os socialistas do concelho da Moita muito terem assinalado as deficiências, nomeadamente no Parque José Afonso, como no caso do Miradouro, do Coreto, conforme assinalaram. Após muitos alertas finalmente intervieram ainda que de maneira incorreta, como ficou demonstrado, os poços do Parque Zeca Afonso. Acrescentou ainda que intervieram a ponte pedonal no Parque Zeca Afonso, pintando-a, mas esquecendo-se de verificar a sua estrutura, quando a sua base, os seus alicerces, não estavam em condições como o DOSU e o Sr. Vereador Miguel Canudo já havia assinalado que foram ao local efetuar uma vistoria, aguardando ainda a solução que seria dada à ponte pedonal. Assinalou ainda que os lagos do Parque Zeca Afonso estavam vazios, não tinham água. O equipamento “o castelo” que há vários anos, já tendo perdido a conta dos mesmos, se encontrava e permanecia deteriorado, incluindo as baias que se encontravam à sua volta, que vedavam o acesso ao espaço que também já se encontravam deterioradas, bastando ir ao local verificar, acontecendo o mesmo com o denominado “labirinto”, no Parque Zeca Afonso. Só para referir um parque especificamente, não se atrevendo a ir para os outros. Acrescentou que se tinham executado equipamentos de Street Workout, nomeadamente o da Moita, mas era necessário que cumprissem as normas para a prática do desporto, porque tinham atletas de Street Workout no concelho da Moita, nomeadamente em Alhos Vedros, na Fonte da Prata, que praticam a atividade e certamente estariam disponíveis, se é que não o fizeram na altura para prestar todos os esclarecimentos necessários para que o equipamento pudesse servir para o treino, e posteriormente também na componente da competição. Era aquele tipo de questões que havia que ter em conta. Referiu esperar que tomassem em boa nota algumas das referências que realizou na reunião para que após quatro ou cinco anos não estivessem, como na atualidade ou em outro local qualquer, ou outro munícipe ou outra pessoa qualquer na posição de ter de fazer os mesmos alertas. Colocou esperar que não fosse necessário esperar tanto tempo, esperar que o futuro lhes trouxesse outras soluções que pudessem, por fim, dar outro rumo ao concelho da Moita, porque a lógica era de se fazer e fazer mal feito, de fazer para logo de seguida ter de desfazer, acreditando que não os levava a lugar algum.

Sr. Presidente – Começando por questões que foram colocadas antes, referiu pensar que era do conhecimento dos munícipes que a Câmara Municipal tinha cerca de 800 pessoas a trabalhar diariamente e da forma como as coisas decorriam, um dia ouviriam um Vereador referir que o trabalho das 800 pessoas foi porque ele o solicitou, mas cada um tinha as ilusões que tinha e o ego do tamanho que tinha, não havendo volta a dar. Na realidade trabalhavam todos os dias, executavam todos os dias, resolviam problemas diariamente, mas também era verdade que todos os dias ficavam problemas por resolver, todos os dias apareciam problemas novos, e no dia seguinte estavam lá de novo, para procurar encontrar soluções para esses problemas, passando-se da forma que descreveu há tantos anos que alguns dos presentes na mesa ainda não haviam nascido e já assim se passava, desde 1974.

Colocar setinhas em local onde se sabia que iam fazer obras, para depois vir referir que foram quem solicitou a obra era só uma farsa, não significa nada.

Como já tinha sido referido por vários intervenientes, o pedir-se algo, fazerem-se listas de questões, para além de solicitar não ser sinónimo de ter razão, havia uma tarefa que era a mais difícil de quem geria fosse o que fosse, no caso uma Câmara Municipal, sendo verdade numa Câmara Municipal como numa Coletividade, fazer listas do que faz falta, qualquer um fazia. Com um pouco de inteligência e cinco minutos de tempo fazia-se uma lista das coisas que faziam falta, o que era difícil depois era decidir como é que se fazia, onde é que se arranjavam os recursos para fazer, o que é que se fazia primeiro, porque ninguém infelizmente, exceto o Bill Gates conseguia fazer tudo rapidamente. Por isso

o papel que repetidamente os Srs. Vereadores do Partido Socialista faziam de se colocarem a fazer listas de coisas, fazia-lhe lembrar tantos portugueses que faziam listas de coisas que gostavam de ir ao supermercado comprar, mas que com os seiscentos euros de ordenado mínimo não conseguiam. Na Câmara Municipal não se tratava de ordenados mínimos mas tratava-se efetivamente de que não se fazia tudo, não havia recursos para resolver todos os problemas e portanto era essa a dificuldade de gerir politicamente fosse o que fosse, fosse uma Câmara Municipal, fosse o próprio Governo ou o próprio país.

A discussão sobre as redes sociais tinha sido mais ou menos recorrente, já referindo há muito e não querendo dizer muito mais do que, o problema das redes sociais não era aquelas em si, não era utilizar as redes sociais para conversar, para exprimir opiniões ou qualquer outra questão. Os problemas das redes sociais, no seu ponto de vista, eram sobretudo dois, o primeiro, as opiniões por vezes poderem ser pouco informadas, ou seja, existirem pessoas que eram muito mais rápidas a dar opiniões do que a fazer perguntas. Considerou que para se ter uma boa opinião tinha de se fazer primeiro uma boa pergunta, a pessoa tinha de se procurar informar, tinha de saber para depois conseguir ter opiniões sustentadas, parecendo-lhe que muitas vezes era mais fácil e existiam algumas pessoas que repetidamente tinha mais opiniões do que informação sobre os assuntos. No entanto, esse nem era o problema maior. O problema maior era mesmo a utilização propositada, abusiva, das redes sociais para gerar climas artificiais de confronto, para lançar mentiras, para lançar desinformação, e isso era uma realidade bastante abundante em tudo, não era exclusivo do Município, mas ao nível dos eleitos existia quem o fizesse deliberadamente, organizadamente, com objetivos político-partidários claros. Isso existia nas redes sociais que habitualmente discutiam as situações do concelho, sendo muito fácil detetar quem lá estava, por vezes atrás de perfis falsos a fazer tarefa política, a trabalhar para o partido que o estava a mandar, a desinformar, a mentir, a difamar. Encontrava-se lá facilmente e esse era, na sua opinião, o grande problema das redes sociais. Depois também existiam pessoas que considerou que se deslumbravam um pouco com as redes sociais e então ia tudo. No deslumbramento tanto se encontrava aquela pessoa que colocava as fotografias todas das férias, e dizia aos ladrões onde estava para terem mais facilidade em irem a sua casa, porque sabiam que a casa estava vazia, até aqueles que também, estando em tarefas políticas ou outras também se deslumbravam um pouco e depois era uma avalanche que considerou ter poucos filtros, mas como já havia referido anteriormente não tinha nem pretendia ter o papel de censor, nem de inquisidor ou qualquer outro, limitando-se a constatar e a reprovar quando considerava que era caso disso, não pretendendo desempenhar mais papel nenhum nessa matéria.

De seguida entrou-se no período da Ordem do Dia.

#### PERÍODO DA ORDEM DO DIA

As propostas abaixo transcritas foram apresentadas pelo Sr. Presidente.

#### 1. PROJETO DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE TAXAS DO MUNICÍPIO DA MOITA – CONSULTA PÚBLICA

“A Assembleia Municipal da Moita em sessão extraordinária, realizada no dia 11 de dezembro de 2009, sob proposta da Câmara Municipal, de 11 de novembro de 2009, aprovou o Regulamento de Taxas do Município da Moita que estabelece o regime a que ficam sujeitos a liquidação, a cobrança e o pagamento de taxas que, nos termos da lei ou regulamento, sejam devidas ao Município da Moita.

Perante diversas motivações, foi o mesmo alterado pelas deliberações da Assembleia Municipal tomadas nas sessões de 28 de dezembro de 2012, de 22 de fevereiro de 2013, de 03 de setembro de 2013, de 28 de fevereiro de 2014, de 27 de junho de 2014, de 21 de novembro de 2014, de 27 de fevereiro de 2015, de 25 de setembro de 2015, de 26 de fevereiro de 2016, de 24 de junho de 2016, de 25 de novembro de 2016, de 23 de fevereiro de 2018 e de 22 de fevereiro de 2019.

As taxas municipais devem sempre consagrar o princípio da proporcionalidade, traduzido no facto de a taxa pressupor uma contrapartida a prestar pelo município ao particular, consubstanciando assim uma relação de sinalagmaticidade. Sempre com a observância do princípio da proporcionalidade, o valor final da taxa pode incorporar um valor correspondente ao benefício auferido pelo particular. Do mesmo modo, nalguns casos, deve existir uma componente de desincentivo com vista a desencorajar a prática de certos atos ou operações ou de incentivo, através da qual o Município opta por apoiar certas atividades ou setores que considera estratégicos ou de interesse municipal.

A Câmara Municipal tem considerado que as atividades desenvolvidas nos mercados municipais fixos, pelos feirantes, vendedores ambulantes e agricultores funcionam como polos de importantes trocas comerciais e de criação de emprego.

Verifica-se que as taxas de ocupação dos diferentes mercados municipais fixos e das feiras registam percentagens muito reduzidas, bem como uma dificuldade crescente dos diferentes empresários em honrar os seus compromissos, incluindo o pagamento das taxas de utilização e de ocupação dos espaços de venda.

Consciente desta realidade, a Câmara Municipal, desde o ano de 2013, pretendeu incentivar e incrementar as atividades desenvolvidas nos mercados municipais fixos e nas feiras, através da redução de diferentes taxas previstas na Tabela de Taxas anexa ao Regulamento de Taxas do Município da Moita.

Assim, a importância dos mercados municipais fixos e das feiras, associada à baixa taxa de ocupação, justificam a necessidade premente de incentivar estes espaços e as atividades neles desenvolvidas, por forma a contribuir para a fixação dos atuais vendedores e incrementar novos pedidos, pelo que se considera necessário proceder à incorporação deste incentivo no valor final de diferentes taxas previstas na Tabela de Taxas, constante do Anexo I ao Regulamento de Taxas do Município da Moita.

Importa, pois, proceder à alteração do Regulamento de Taxas do Município da Moita com vista à concretização deste objetivo, mediante a alteração dos correspondentes artigos da Tabela de Taxas e da Fundamentação económico-financeira das taxas municipais, constantes, respetivamente, do Anexo I e do Anexo II ao Regulamento de Taxas do Município da Moita.

Além disso, mostra-se pertinente, com entrada em vigor do novo Regulamento dos Cemitérios do Município da Moita, adequar o Regulamento de Taxas do Município da Moita àquele regulamento, mais concretamente a Tabela de Taxas, constante do Anexo I ao Regulamento de Taxas do Município da Moita, na parte respeitante ao capítulo dos Cemitérios.

Por outro lado, entende-se que é também oportuno aperfeiçoar a estrutura e redação de artigos deste capítulo, com vista a uma melhor leitura e interpretação da informação contida no mesmo, procurando-se o aperfeiçoamento e a clarificação das suas normas, melhorando-o enquanto instrumento disciplinador das regras de prestação do serviço.

Com vista à concretização deste desígnio mostra-se, pois, necessário proceder à alteração do Regulamento de Taxas do Município da Moita mediante a alteração de artigos do capítulo III, com a

epígrafe Cemitérios, da Tabela de Taxas e da Fundamentação económico-financeira das taxas municipais, constantes, respetivamente, do Anexo I e do Anexo II ao Regulamento de Taxas do Município da Moita.

Por conseguinte, a Câmara Municipal deliberou, em reunião ordinária de 25 de setembro de 2019, desencadear o procedimento de elaboração do projeto de alteração ao Regulamento de Taxas do Município da Moita, com publicitação do início do procedimento, em 27 de setembro de 2019, na *Internet*, no sítio institucional do Município da Moita, e em Edital, indicando a forma como se podia processar a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do projeto de alteração ao Regulamento, nos termos do n.º 1, do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

De 30 de setembro a 11 de outubro decorreu o prazo para constituição de interessados e apresentação de contributos para a elaboração do projeto de alteração ao Regulamento, sem que se tenham constituído quaisquer interessados ou apresentados contributos.

Em respeito da mencionada deliberação foi elaborado um projeto de alteração ao Regulamento de Taxas do Município da Moita, que se anexa à presente proposta e que dela faz parte integrante para todos os efeitos legais, de forma a consagrar os supraditos objetivos.

Atendendo à natureza da matéria em apreço, deverá o mencionado projeto ser submetido a consulta pública, nos termos e ao abrigo no artigo 101.º do CPA.

Face ao exposto,

Propõe-se que a Câmara Municipal da Moita delibere, ao abrigo do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, retificada pelas Declarações de Retificação n.º 46-C/2013 de 01 de novembro e n.º 50-A/2013 de 11 de novembro, e alterada pelas Leis n.º 25/2015, de 30 de março, n.º 69/2015, de 16 de julho, n.º 7-A/2016, de 30 de março, n.º 42/2016, de 28 de dezembro e 50/2018, de 16 de agosto, conjugado com o estatuído no artigo 101.º do CPA:

- a) Submeter o projeto de alteração ao Regulamento de Taxas do Município da Moita anexo a consulta pública, para recolha de sugestões, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação do projeto alteração, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 101.º do CPA;
- b) Proceder à publicação do projeto de alteração ao Regulamento de Taxas do Município da Moita nos termos do n.º 1 do artigo 101.º do CPA.”

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão e não havendo intervenções a proposta foi submetida a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

## 2. CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES

“Em Maio de 2018 o Município da Moita celebrou com a empresa ITAU – Instituto Técnico de Alimentação Humana, SA, um contrato pelo período de 36 meses, para fornecimento de refeições às escolas do 1º Ciclo do ensino básico e estabelecimentos de educação pré-escolar.

Vem agora a referida empresa, através da carta que se anexa à presente informação, solicitar a transmissão da posição contratual à empresa Gertal – Companhia Geral de Restaurantes e Alimentação, SA, devido a uma reestruturação interna da sociedade gestora de participações sociais Trivalor SGPS, SA que é detentora da totalidade do capital de ambas as sociedades.

O Artigo 10º do caderno de encargos do procedimento em causa prevê que o adjudicatário possa ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato mediante prévia autorização da entidade adjudicante e que essa autorização depende da apresentação pelo cessionário de toda a documentação exigida ao adjudicatário no concurso, para além da apreciação pela entidade adjudicante se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do CCP, conforme disposto nos artigos 316º e seguintes do Código da Contratação Pública.

Assim, considerando que o presente contrato não se enquadra em nenhuma das limitações à cessão da posição contratual definidas no artigo 317º do CCP, propõe-se que a Câmara Municipal, ao abrigo do disposto nas alíneas f) e dd) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, retificada pelas retificações n.º 46-C/2013, de 01 de novembro e n.º 50-A/2013, de 11 de novembro, e pelas leis n.º 25/2015, de 30 de março, n.º 69/2015, de 16 julho, n.º 7-A/2016, de 30 de março e n.º 42/2016, de 28 de dezembro, delibere:

- Aceitar a cedência da posição contratual da empresa ITAU – Instituto Técnico de Alimentação Humana, SA à empresa Gertal – Companhia Geral de Restaurantes e Alimentação, SA., mediante a apresentação dos documentos de habilitação solicitados ao adjudicatário pela empresa cessionária.
- Aprovar a minuta de acordo de cessão de posição contratual que também se anexa.“

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão e não havendo intervenções a proposta foi submetida a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

### **3. “INTERVENÇÃO DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO NO PALACETE DO CONDE DE SAMPAYO – 1ª FASE” APROVAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO**

“No seguimento da contratualização do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano<sup>1</sup> do Município da Moita com Programa Operacional Regional de Lisboa a 31 de Maio de 2016, e em particular na prossecução da estratégia que está associada ao Plano de Acção de Regeneração Urbana (PARU), havia sido identificada a necessidade de realização de uma *intervenção de Conservação e Restauro no Palacete do Conde de Sampayo*.

Contíguo ao Moinho de Maré de Alhos Vedros, edifício com o qual partilha aliás uma ligação física, pretendia-se com esta intervenção tirar partido da relação existente entre ambos, ampliando as valências multifuncionais do próprio Moinho de Maré para que pudesse este conjunto edificado assumir-se como o polo dinamizador do Largo do Descarregador, fomentando uma utilização plena do espaço envolvente e do edifício e criando assim um foco de interesse e atracção das pessoas.

Importava pois intervir sustendo o acelerado processo de degradação do edifício, causado por danos decorrentes de reiteradas intervenções deficientes que precederam a posse do imóvel por parte do Município. Além da intervenção eminentemente estrutural, definiram-se ainda em conjunto com os

---

<sup>1</sup> - PEDU - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano



vários serviços camarários envolvidos alguns objectivos de carácter funcional, tendo sido identificada a necessidade de que em tudo o referido projecto possibilitasse a futura integração do edifício numa estrutura museológica municipal.

Este e outros objectivos gerais viriam então a ficar patentes em procedimento concursal, designadamente através do mecanismo de consulta prévia nos termos do Código dos Contratos Públicos (CCP), procedimento esse desenvolvido em Maio do presente ano. Deste procedimento destinado à aquisição de serviços para a realização dos projectos de execução para a “*Intervenção de Conservação e Restauro no Palacete do Conde de Sampayo*” resultou a celebração de um contrato, e que foi firmado a 15 de Julho de 2019 com a empresa *Victor Mestre – Sofia Aleixo, Architectos Lda.* ao abrigo da alínea c) do n.º1 do Art.º 20º do Código dos Contratos Públicos.

De referir por último que sendo objetivo destas estratégias integradas de desenvolvimento territorial a possibilidade de utilização de Fundos Europeus de Desenvolvimento Regional (FEDER), através do Programa Operacional Regional Lisboa 2020, definiu-se ainda paralelamente como objectivo do referido projecto de execução, a previsão de uma intervenção faseada. Face à dimensão do edifício e ao facto de que as estimativas iniciais apontavam para valores muito superiores às existências, definiu-se ainda que o projecto deveria ser desenvolvido de modo a que numa primeira fase a intervenção ficasse aproximadamente circunscrita ao limite de fundo existente na Prioridade de Investimento 6.5<sup>2</sup>, designadamente por referência ao montante que seria passível de ser utilizado pelo Município da Moita neste programa.

A empresa adjudicatária veio então apresentar o respectivo projecto de execução, e cuja estimativa orçamental ascende a 704.090,74€ (Setecentos e Quatro Mil e Noventa Euros e Setenta e Quatro Cêntimos), valor a que acresce IVA à taxa legal vigente.

Tendo os serviços acompanhado a execução das referidas peças, e sendo os mesmos do parecer de que estas dão resposta aos Objectivos Gerais definidos na Clausula 22ª do Caderno de Encargos e demais especificações técnicas incluídas no Capítulo V do mesmo documento, propõem-se que a Câmara Municipal da Moita, ao abrigo do disposto na alínea f) do n.º1 do Art.º 33º do Anexo I à Lei n.º75/2013 de 12 de Setembro, delibere aprovar o Projecto de Execução anexo referente à “*Intervenção de Conservação e Restauro no Palacete do Conde de Sampayo – 1ª Fase.*”

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão, havendo as seguintes intervenções:

Sr. Vereador Luís Chula – Solicitou a palavra apenas para saudar o facto de finalmente o Palacete ser intervencionado. Não era necessário referir que era um património do concelho que carecia de intervenção há já vários anos, sobretudo por estar no estado de conservação em que estava e também situado ao lado do Moinho de Maré, que era um local de visita turística, sendo um pouco “feio” a situação em que ele se encontrava. Apenas saudar o facto de finalmente ele poder ser intervencionado.

Sr. Vereador Luís Nascimento – Interveio colocando que há uns meses atrás tinham aprovado em reunião de Câmara a intervenção no Largo do Descarregador. Na reunião de hoje aprovavam a intervenção no Palacete do Conde de Sampayo, e o conjunto de obras, conjuntamente com a já realizada há alguns anos do Moinho de Maré, o que lhe pareceu fundamental. Ia ser aprovada por unanimidade e solicitou a palavra para marcar a aprovação porque considerou o momento importante. Não era a obra toda que o Palacete necessita, bastando ver pela verba em causa, naturalmente haveria muito trabalho a seguir, nos próximos anos, mas era um arranque importante numa recuperação

---

<sup>2</sup> - PI6.05 - Melhoria do Ambiente Urbano e Regeneração e Revitalização das Cidades, mais focalizada em intervenções que visem o espaço público e edificado de forma a melhorar o ambiente urbano.

daquele Largo, do aspeto histórico de Alhos Vedros. Quando falava em Alhos Vedros, em algumas visitas de agentes turísticos, quando lhe solicitavam para mostrar o concelho, empresas de turismo, costumava referir-se a Alhos Vedros como a terra que deu novos mundos ao mundo. Costumava referir-se dali partiu a conquista de Ceuta que era o que marcava o início das Descobertas. O início de “Portugal deu novos mundos ao mundo” então Alhos Vedros era a terra que deu novos mundos ao mundo. O Largo do Descarregador, com o Moinho de Maré, com o Palacete do Conde de Sampayo, considerou que a recuperação daquele espaço era algo que tinha de ficar marcado e por isso referiu que seria uma aprovação por unanimidade com certeza, mas não quis deixar de dar os seus parabéns. A verba era pouca, não era a grande obra que se desejava, mas era o primeiro passo e como alguém disse, o caminho fazia-se caminhando e portanto dar o primeiro passo era talvez um dos momentos mais importantes de uma obra.

Sr. Vereador Joaquim Raminhos – Manifestou a sua satisfação por chegarem à atual fase, de estarem a aprovar o projeto, no entanto questionou o Sr. Presidente, por ser algo que os munícipes, especialmente os habitantes de Alhos Vedros iriam perguntar. Estavam numa fase de candidatura, estavam a aprovar o projeto, teria posteriormente várias fases, se haveria alguma previsão de quando seria o início da obra, porque sabiam que haveria uma intervenção na Cais propriamente e se a intervenção no edifício em causa também estava enquadrada na intervenção do Cais.

Sr. Vereador Carlos Albino – Saudou a iniciativa, que em conjunto com a que iria ser efetuada no Cais do Descarregador iria dar certamente uma nova vida a todo aquele espaço, que há muito carecia de intervenção. Em novembro do ano anterior, numa iniciativa cujo tema era a mobilidade apresentou um conjunto de fotografias com uma proposta para a realização de um passadiço junto ao moinho. Verificou que na proposta que foi aprovada anteriormente estava presente. Colocou uma questão relativamente ao Palacete do Conde de Sampayo, dada a tipologia da intervenção, gostaria de saber se a mesma dispunha das autorizações e dos pareceres positivos das entidades competentes que geriam o património.

Sr. Presidente – Relativamente às questões colocadas pelo Sr. Vereador Joaquim Raminhos, era difícil dar um prazo concreto que pudesse ser garantido. Mas a sequência era a seguinte: as candidaturas estavam no momento a ser submetidas na plataforma própria para o efeito, o prazo de submissão era até ao dia 9 de dezembro, esperando, uma vez que estavam a aproximar-se do final do quadro comunitário, e era interesse de todos, desde logo de Portugal, do Governo português e de todas as instituições que as aprovações fossem rápidas, porque necessitavam realizar a utilização dos fundos a que Portugal tinha direito e os índices de utilização mantinham-se ainda aquém do desejável. Para além do mais todas as candidaturas estavam concertadas com a CCDR, realizaram os acertos finais de verbas entre outros e portanto estava tudo à partida pronto para que as aprovações fossem rápidas. Uma vez que ocorresse a aprovação, iniciava-se o procedimento de concurso. Este procedimento, entre o seu início e o início da obra propriamente dita não era excessivo pensar que demorariam eventualmente cinco meses. Se tudo corresse bem, poderiam estar em obra no verão, era a expectativa que tinham, mas seguramente se seria dois meses antes ou dois meses depois, existiam fatores que de facto não controlavam, como vistos prévios do Tribunal de Contas, e uma série de fatores e prazos que não controlavam na totalidade. Relativamente à questão colocada pelo Sr. Vereador Carlos Albino, assistiu na reunião a algo, que embora não fosse propriamente muito crédulo, pensava ser impossível. Os serviços municipais trabalhavam nos projetos do Largo do Descarregador, do Cais, do Moinho, do Palacete e da Caldeira do Moinho e do Parque das Salinas desde praticamente o início dos quadros comunitários, e desde essa altura que foi apresentada pelos serviços a proposta de se fazer um passadiço junto ao Moinho. Portanto era em absoluto descer um degrau que considerava que não se iria descer, de colocar o “ovinho neste ninho”, concluindo que afinal seria mais ingénuo do que imaginava.

E não havendo mais intervenções a proposta foi submetida a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

#### 4. CEDÊNCIA DE PARCELA DE TERRENO PARA INTEGRAÇÃO NO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL – FREGUESIA DE MOITA

“O planeamento e gestão da área territorial do Município da Moita, encontra-se orientada para a captação de investimento, numa aposta de competitividade económica e bem assim a criação de emprego, num contexto de abrangência ao nível do empreendedorismo e sustentabilidade, como é o caso da Dekra- Inspeção de Portugal, S.A., que investiu num Centro de Inspeções na vila da Moita, impondo esta Câmara Municipal a cedência de uma área destinada às infraestruturas (arruamentos, passeios e estacionamento) e ainda a ligação ao equipamento a construir de uma faixa de aceleração e desaceleração à via existente entre as rotundas conhecidas pelo “Touro” e Pássaros”.

No entanto as infraestruturas a construir deverão contemplar os acessos existentes e bem assim a ligação aos mesmos, pelo que se impõe a cedência para o domínio público municipal de uma área de 2.279,00m<sup>2</sup>, devidamente identificada na planta anexa e destinada à ligação da área ora cedida através do processo acima citado, com a rua de Moçambique, a destacar do prédio rústico, sito na Carvalhinho, freguesia de Moita, com a área de 24.560,00m<sup>2</sup>, inscrito na matriz predial rústica na Secção Q, artigo 7, freguesia da Moita, descrito na Conservatória do Registo Predial da Moita, sob o número 4852/20100622 – Moita, propriedade do Senhor Rafael Agostinho de Azevedo Gamas, conforme seu requerimento autuado sob o número 7398, de 8 de Abril de 2019.

Atendendo à pretensão do requerente, quanto à cedência da parcela de terreno, proponho, que a Câmara Municipal, delibere:

- Ao abrigo do estabelecido nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 44.º, Decreto-Lei número 555/99 de 16 de Dezembro na redação vigente (Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), destacar do prédio rústico, sito no Carvalhinho, freguesia de Moita, com a área de 24.560,00m<sup>2</sup>, inscrito na matriz predial rústica, Secção Q, artigo 7, freguesia da Moita, descrito na Conservatória do Registo Predial da Moita, sob o número 4852/20100622 – Moita, inserido em área classificada na Planta Geral do Ordenamento do Plano Diretor Municipal da Moita (PDM) como Solo Urbano – Solos de Urbanização Programada – Espaços habitacionais Propostos, integrado na Unidade Operativa de Planeamento e Gestão 8 (UOPG 8), encontrando-se ainda sujeito aos condicionalismos urbanísticos definidos nos artigos 36.º e 58.º, n.º 8, do Regulamento do citado instrumento de gestão territorial, a parcela de terreno com a área de 2.279,00m<sup>2</sup>, devidamente identificada na planta anexa, para integração no domínio público municipal, destinada à execução de arruamentos, passeios, estacionamento e ligação com a rua de Moçambique e ainda ao equipamento a construir, da infraestrutura de faixa de aceleração e desaceleração à via existente entre as rotundas conhecidas pelo “Touro” e “Pássaros”, no prédio a que se refere o P.O. 78/2019, em nome de DEKRA – Inspeção de Portugal, S.A., que corre termos nesta Câmara Municipal.

Mais proponho que nos termos do estabelecido na alínea j), número 1, do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei número 75/2013, de 12 de Setembro, a Câmara Municipal delibere aceitar a título gratuito, a doação, livre de quaisquer ónus ou encargos, a favor do Município da Moita, da parcela de terreno ora identificada, e à qual atribui o preço de €50,00/m<sup>2</sup>, perfazendo o total de €113.950,00, nos termos e condições da minuta da escritura que se anexa.”

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão e não havendo intervenções a proposta foi submetida a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

A proposta abaixo transcrita foi apresentada pelo Sr. Vice-presidente.

## 5. CONTRATO-PROGRAMA 2019 COM ASSOCIAÇÕES DO CONCELHO

“A Câmara Municipal da Moita reconhece a importância do movimento associativo e instituições sociais como um dos principais impulsionadores da participação democrática e da dinamização cultural, desportiva e social, sendo o seu papel insubstituível na valorização social e na formação cívica dos seus associados, assente em valores como o voluntariado, a solidariedade, a igualdade, a cidadania e a democracia. O trabalho de extrema importância levado a cabo pelas associações, frequentemente complementa e substitui a intervenção do Estado.

Com a crescente desresponsabilização do Poder Central em muitas das suas obrigações constitucionais, tem-se vindo a exigir às autarquias um trabalho redobrado num quadro de enormes dificuldades, de ingerências à sua autonomia administrativa e política, com sucessivos estrangulamentos financeiros e humanos.

Neste contexto, a Câmara Municipal da Moita tem assumido um importante papel de apoio ao Movimento Associativo e Popular e Instituições Sociais reconhecendo-os como parceiros privilegiados na estruturação e aperfeiçoamento de um concelho que se pretende justo e equilibrado, cultural e socialmente desenvolvido.

Assim, considerando:

1. As atribuições dos municípios consagradas no artigo 23º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, nos domínios da cultura, dos tempos livres e desporto, da ação social e promoção do desenvolvimento.
2. A competência da câmara municipal, nos termos das alíneas o), p) e u), do artigo 33º a Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, no âmbito da concessão de apoio financeiro ou de qualquer outra natureza a instituições legalmente constituídas, com vista à execução de obras, à realização de eventos de interesse para o município ou ao desenvolvimento de atividades natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças.
3. A necessidade imprescindível de garantir a eficácia e a transparência na atribuição dos apoios e participações de acordo com uma estratégia de prioridades, que procura na dinâmica comunitária associativa, respeitando a sua autonomia, contribuir para a democratização e o desenvolvimento sustentado das atividades num processo de parceria.

Propomos de acordo com o artigo 23º, nº 2, alínea e), f), g), h) e m) e artigo 33º, nº 1, alínea o), p) e u) da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a celebração de contrato-programa de desenvolvimento social, cultural e desportivo, entre o Município da Moita e a seguinte entidade (conforme documentos em anexo):

- Sporting Clube Vinhense
- Associação Naval Sarihense
- Grupo Columbófilo de Alhos Vedros
- Sociedade Recreativa da Baixa da Serra
- Rugby Vila da Moita

A participação considerada tem cabimento nas seguintes rubricas:

**Apoio a Associações Culturais e Desportivas:** 17-03.04.07.01.02.99, no valor de 3.800.00€ (três mil e oitocentos euros).

**Apoio ao movimento Associativo, Investimentos:** 03.08.07.01.05, no valor de 6.400.00€ (seis mil e quatrocentos euros).”

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão e não havendo intervenções a proposta foi submetida a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

A proposta abaixo transcrita foi apresentada pelo Sr.<sup>a</sup> Vereadora Vivina Nunes.

## **6. CONTRATO-PROGRAMA 2019 COM INSTITUIÇÕES SOCIAIS DO CONCELHO**

“A Câmara Municipal da Moita reconhece a importância do movimento associativo e instituições sociais como um dos principais impulsionadores da participação democrática e da dinamização cultural, desportiva e social, sendo o seu papel insubstituível na valorização social e na formação cívica dos seus associados, assente em valores como o voluntariado, a solidariedade, a igualdade, a cidadania e a democracia. O trabalho de extrema importância levado a cabo pelas associações, frequentemente complementa e substitui a intervenção do Estado.

Com a crescente desresponsabilização do Poder Central em muitas das suas obrigações constitucionais, tem-se vindo a exigir às autarquias um trabalho redobrado num quadro de enormes dificuldades, de ingerências à sua autonomia administrativa e política, com sucessivos estrangulamentos financeiros e humanos.

Neste contexto, a Câmara Municipal da Moita tem assumido um importante papel de apoio ao Movimento Associativo e Popular e Instituições Sociais reconhecendo-os como parceiros privilegiados na estruturação e aperfeiçoamento de um concelho que se pretende justo e equilibrado, cultural e socialmente desenvolvido.

Assim, considerando:

1. As atribuições dos municípios consagradas no artigo 23º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, nos domínios da cultura, dos tempos livres e desporto, da ação social e promoção do desenvolvimento.
2. A competência da câmara municipal, nos termos das alíneas o), p) e u), do artigo 33º a Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, no âmbito da concessão de apoio financeiro ou de qualquer outra natureza a instituições legalmente constituídas, com vista à execução de obras, à realização de eventos de interesse para o município ou ao desenvolvimento de atividades natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças.
3. A necessidade imprescindível de garantir a eficácia e a transparência na atribuição dos apoios e participações de acordo com uma estratégia de prioridades, que procura na dinâmica comunitária associativa, respeitando a sua autonomia, contribuir para a democratização e o desenvolvimento sustentado das atividades num processo de parceria.



Propomos de acordo com o artigo 23º, nº 2, alínea e), f), g), h) e m) e artigo 33º, nº 1, alínea o), p) e u) da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a celebração de contrato-programa de desenvolvimento social entre o Município da Moita e as seguintes entidades (conforme documentos em anexo):

Raríssimas – Associação Nacional de Deficiências Mentais e Raras  
NÓS – Associação de Pais e Técnicos para a integração do Deficiente  
Centro de Convívio de Reformados do Gaio-Rosário  
Centro de Reformados e Idosos do Vale da Amoreira  
O Norte – Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos da Zona Norte  
Fundação Santa Rafaela Maria  
Associação Cais de Terapias  
O Centro Social O Bom Samaritano  
Associação de Dadores de Sangue da Baixa da Banheira  
Centro Social e Paroquial São Lourenço de Alhos Vedros  
Santa Casa da Misericórdia de Alhos Vedros

A comparticipação considerada tem cabimento nas rubricas **232.8/03.04.07.01.02.99 – Apoio a Instituições de Solidariedade Social - Transferências correntes/Instituições sem fins lucrativos/outras** no valor de 13.300,00€ (treze mil e duzentos euros) e **251.22/ 03.08.07.01.05 Apoio ao movimento associativo – Investimentos** no valor de 10.000,00€ (Dez mil euros).“

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão e não havendo intervenções a proposta foi submetida a votação, tendo sido aprovada por unanimidade dos votantes. Não votou o apoio à Santa Casa da Misericórdia de Alhos Vedros o Sr. Vereador Miguel Canudo, por ser o Provedor daquela entidade.

As propostas abaixo transcritas foram apresentadas pelo Sr. Presidente.

#### **7. “RECONVERSÃO VIÁRIA PARA ZONA 30 DA EX-ESTRADA NACIONAL 11-1 DA BAIXA DA BANHEIRA” APROVAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO**

“No âmbito da aprovação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano do Município da Moita (PEDU-Moita), em 2016, na componente do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável (PMUS) - eixo 4.05 - do programa Lisboa 2020, ação identificada com o número 11, foi realizado o projeto de reconversão viária para zona 30 da Ex – Estrada Nacional 11-1 da Baixa da Banheira, sita na União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, consistindo esta ação na transformação de um importante eixo urbano de atravessamento rodoviário num espaço de coexistência entre os vários modos de transporte, onde se pretende que sejam praticadas baixas velocidades, que potencie a transferência modal do transporte individual para o transporte público para deslocações interurbanas e intermunicipais, ou pedonal e bicicleta para deslocações de proximidade.

Tendo por objetivo a requalificação de uma área de intervenção, com cerca de 2,8 ha, que compreende toda a extensão da Ex-EN11-1 desde a Rotunda do Imigrante até ao entroncamento com a Rua Henrique Amado que corresponde ao limite do Concelho da Moita. Está igualmente dentro da área de intervenção a zona da antiga ligação da Av. Capitães de Abril desativada e a Rua Bento Gonçalves, que por sua vez fazem a ligação com o Parque Municipal José Afonso, foi aberto um procedimento concursal, por consulta prévia (CPrévia nº 15/2019) para uma aquisição de serviços com vista à elaboração do respetivo projeto de execução, designado de “Reconversão Viária para Zona 30 da Ex -Estrada Nacional11-1 da Baixa da Banheira”.

A decisão de contratar foi objeto do despacho do presidente da câmara municipal de 31 de janeiro de 2019, tendo sido o respetivo contrato celebrado em 19 de fevereiro último à empresa MECH – Consultores, Arquitetura e Engenharia, Lda., ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos.

A empresa adjudicatária apresentou o respetivo projeto de execução cuja estimativa orçamental das obras importa no montante de € 1.432.170,71 (um milhão, quatrocentos e trinta e dois mil e cento e setenta euros e setenta e um cêntimos) a que acresce o IVA à taxa legal em vigor.

Os objetivos gerais do projeto são:

- Acalmia do tráfego automóvel e redução da velocidade através de medidas passivas e ativas (redução da largura da via; limite de velocidade a 30km/h) e criar baias de paragens de autocarro fora da faixa de rodagem;
- Aumento dos lugares de estacionamento (melhorar existente e criar nova baia), aumento das áreas de passeio e a criação de zonas confortáveis;
- Melhorar as condições das infraestruturas existentes;
- Melhorar as condições arbóreas a reduzir as emissões de CO2.

Face ao exposto, propõe-se que a Câmara Municipal da Moita, ao abrigo do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibere aprovar o projeto de execução, que se anexa, designado de “Reconversão Viária para Zona 30 da Ex -Estrada Nacional11-1 da Baixa da Banheira”.

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão, havendo as seguintes intervenções:

Sr. Vereador Carlos Albino – Começou a sua intervenção por referir, uma vez que anteriormente não lhe foi dada a oportunidade de responder, que nem o próprio nem os elementos do Partido Socialista tinham por norma querer “por ovos no ninho” que não lhes pertencia. O que a Câmara tinha e no caso o Executivo, os elementos da CDU, por norma, tomavam para si “ovos que não lhes pertencem”, sendo essa outra questão.

Indo às questões que lhes interessavam, porque era para tal que as pessoas estavam presentes, para os ouvir, o que tinham a dizer sobre as matérias, e tratando-se de projetos daquela envergadura, nomeadamente o que estava em discussão que era a requalificação da Estrada Nacional 11. Deu nota de que teria sido interessante tomarem conhecimento do projeto com alguma antecedência, até para poderem realizar uma avaliação mais concisa, mas no tempo que lhes foi dado disponível, investiram todos os seus recursos no sentido de poderem realizar uma análise exaustiva dos três ou quatro volumes que estavam para consulta, só da Estrada Nacional, para analisarem os documentos relativos ao projeto. Colocou uma questão, uma vez que não identificaram a existência nos documentos de estudos de tráfego, resultantes das alterações, não sabendo se existiam, se foram feitos ou não. Também não verificaram a existência de pareceres das entidades relativamente às modificações resultantes das alterações ao trânsito, à mobilidade porque se por um lado era positivo a redução da velocidade, deixando claro que a redução por si só da velocidade era algo positivo, porque em caso de acidente as consequências seriam certamente menores, em caso de um impacto de um carro ou de um ciclomotor com um peão ou com um ciclista seriam, entre os envolvidos, tendencialmente menores as consequências, mas as alterações elencadas, nomeadamente o estreitamento da via, a diminuição da velocidade da circulação, teriam certamente impacto nas vias adjacentes. Também questionou se existia um estudo que permitiria quantificar a redução do CO2, porque esta era referida, mas não viu a fundamentação específica, a referir o que é que efetivamente ia ser reduzido a nível de CO2 porque na

eventualidade, imagine-se, do tráfego se manter, uma vez que era um dos principais eixos rodoviários do concelho da Moita, e que servia a União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, nomeadamente a Freguesia da Baixa da Banheira, com ligação quer a Alhos Vedros, quer ao Barreiro, era uma via de grande circulação, e por esse mesmo motivo é que tinha no local grandes espaços comerciais adjacentes à área intervencionada, para perceber os impactos que ia ter, porque se estivessem numa situação de pára-arranca, de dificuldade de circulação, os carros parados também produziam CO2, e como tal gostaria de tentar perceber se as questões que colocou foram tidas em conta e aproveitar para questionar também, se tinha sido realizado algum contacto junto dos comerciantes e moradores daquela rua, relativamente à questão que se colocava, bem como nas ruas adjacentes, porque se as pessoas necessitavam de circular, necessitavam de se movimentar e se o acesso lhes era dificultado por uma das vias procurariam certamente vias alternativas, e a Avenida Capitães de Abril, aquela que estava junto ao Parque José Afonso, não lhe parecia, em seu entender, capaz de dar resposta, e não sabendo se era para esse local que pretendiam transferir o trânsito e quando se falava em trânsito, falava-se também em maior insegurança, que o acompanhava, sendo necessário ter todas aquelas questões em conta, pretendendo saber se isso fora ponderado, não bastando colocar Zona 30, porque era mais fácil ir buscar verbas a candidaturas, era necessário fundamentar bem as questões para perceber se se teve tudo em linha de conta. Referiu que viam sempre como muito positiva a intervenção na Estrada Nacional em causa, que muito necessitava daquela intervenção.

Sr. Presidente – Esclareceu que os projetos, e daí também não terem tido mais tempo de facto para os discutir, levaram muito tempo a executar, andando a trabalhar na questão há pelo menos dois anos. Não tinham capacidade interna para os realizar de forma que foram contratados gabinetes técnicos. Partiram de estudos de trânsito, de estudos de avaliação do trânsito, da circulação, das suas características, começando posteriormente a apresentar propostas que foram sendo limadas, recusadas umas, aceites outras, até chegarem aos projetos atuais. Todo esse trabalho prévio não constava nos projetos, estando apenas o que era efetivamente projeto “puro e duro” e que tinha de ser objeto de aprovação, portanto havia muito trabalho prévio que não constava, mas que existia e que foi feito ao longo de todo o tempo decorrido. Não tinham a ideia de que a intervenção que seria realizada na Estrada Nacional tornasse o trânsito mais lento, até porque o facto de não ser considerada Zona 30, não queria dizer que a circulação, à exceção das horas de maior trânsito, onde aí, a velocidade com certeza poderia ser maior, mas nas horas diurnas de maior utilização, a velocidade dos veículos automóveis no local já era lenta por força das circunstâncias e da desorganização e daquele método que naquela altura foi o possível, de os autocarros não terem reentrâncias, ficarem na via e obrigarem a deslocações, todas aquelas características conhecidas, o que ia acontecer era uma organização melhor do trânsito que permitia fluidez em velocidade limite de 30, mas com fluidez que era uma característica que atualmente não tinha. E em simultâneo, e esse era o ganho maior, permitia acessibilidades melhores para quem circulava a pé, permitia estacionamento mais organizado e aliás criava-se uma nova bolsa no início da via, e como tal nada os levava a supor que fossem ser criadas mais dificuldades à circulação automóvel, pelo contrário, pensavam que a circulação, com limite de velocidade de 30, mas que era um limite que se podia cumprir, enquanto atualmente poderia estar 40 ou 50, mas não se conseguia cumprir porque em qualquer momento se encontrava um veículo parado em segunda fila, porque se encontrava um autocarro, porque existiam carros estacionados naqueles estacionamentos onde o carro não cabia e ficam com metade da traseira de fora, existindo portanto uma série de circunstâncias que dificultavam efetivamente a circulação. As questões realizavam-se passo a passo, intervindo no momento nas duas vias. Teriam um próximo quadro comunitário, onde as questões da mobilidade continuariam a ser provavelmente o eixo prioritário de investimento principal e teriam oportunidade de poder colocar outras intervenções, designadamente noutras vias da Baixa da Banheira e noutras zonas do concelho, que certamente já beneficiariam, onde estas questões da mobilidade, sobretudo nos centros urbanos, sendo essencial não serem fundamentalistas no sentido de serem contra os automóveis, não se tratando de serem contra os automóveis, mas sim de conciliar

melhor o espaço do automóvel e o espaço das pessoas, sendo essa questão o resultado fundamental das intervenções.

Relativamente à questão dos “ovos e dos ninhos”, podiam jogar *ping-pong* e atirar de um lado para o outro, mas o problema é que podia provar, porque existiam os projetos, existia o trabalho, podendo provar quando surgiram as primeiras propostas do referido passadiço e podendo provar que foi muito antes da data de um ano ou dois anos, referida pelo Sr. Vereador Carlos Albino, portanto como é que a questão lhe chegou ao ouvido ou não lhe chegou, ou se foi a grande coincidência de mentes brilhantes que pensavam igual, mas para si coincidência, só mesmo chover e fazer sol ao mesmo tempo, não acreditando em mais nenhuma.

Sr. Vereador Carlos Albino – Face à última intervenção do Sr. Presidente, e não pretendendo fazer processos de intenções, porque se todos o fossem fazer acerca de uns e de outros a reunião iria alongar-se. Se começou a trabalhar há mais ou menos tempo não tinha conhecimento da questão. Se a proposta da Câmara e não teve conhecimento da proposta do Partido Socialista, e foi convergente, mostrou-se satisfeito com a questão, sendo certo que fizeram a apresentação, podendo enviá-la ao Sr. Presidente, tendo inclusive desenhos em 3D, podendo fazer chegar as imagens quer para anexar ao projeto e se fosse efetivamente coincidente em todos os pontos, podendo não o ser num ou outro ponto, ou até melhorar a ideia que pudessem ter em mente, que ainda podia ser alvo de algumas alterações.

Falando da Estrada Nacional 11, referiu que face a uma intervenção da dimensão da que ia suceder, muitas vezes falaram também na questão do mobiliário urbano e também já haviam falado na reunião nos caixotes do lixo, e dos ecopontos, verificando que se poderia ter aproveitado a oportunidade para ser um pouco mais ambiciosos e fazer ilhas ecológicas. No que dizia respeito ao mobiliário urbano já que se ia fazer uma intervenção, iam mexer na calçada, iam mexer nos pavimentos da estrada, eventualmente equacionar aquele ou outro tipo de soluções que diminuísse o impacto que os caixotes do lixo e os ecopontos tinham no espaço público, ocupavam passeios, eram obstáculos à mobilidade, e não sabendo, porque não viu no projeto, acreditando que não tivesse projetado, que não tinham isso em mente, se tivesse via como positivo, se não o tivessem em mente solicitou que tomassem nota, para uma oportunidade futura. Acrescentou que verificou efetivamente que existia um estudo, mas um estudo face ao existente, um estudo de 2013, não viu nenhum estudo, nenhuma referência aos impactos futuros que iria ter, porque quando se alterava, sabendo-se bem, que da alteração da rua 1º de Maio, criou um conjunto de constrangimentos nas ruas adjacentes, constrangimentos esses que as pessoas até ao momento continuam a queixar-se e a fazerem referência disso mesmo. Por não considerar que era para fazer e posteriormente ajustarem e num projeto daquela envergadura tinham outro tipo de responsabilidade, viu-se obrigado a colocar as questões que colocou, no sentido de acautelar aquilo que era o interesse de todos, enquanto membros do Executivo tinham essa obrigação em primeiro lugar, e depois as pessoas que os viam e acompanham, que estavam presentes e que lhes colocavam questões, que participavam nas eleições, que votaram ou não, pouco importando a questão, mas era para elas que prestavam o serviço público, cabendo-lhes fazer esse serviço bem feito, sendo esse motivo pelo qual colocou as questões. Se não foi feito, acrescentou esperar e fazer votos que se fizesse o quanto antes, no sentido de posteriormente não andarem com experimentalismos a verificarem o que resultava e o que não resultava. Se ainda não se falou com as pessoas, que se falasse, se ainda não se falou com os comerciantes que se fosse falar com os comerciantes para diminuir os constrangimentos. Fez votos de que a obra decorresse com toda a normalidade possível, tratando-se de uma obra, com todos os requisitos de segurança, impedir que as pessoas estranhas à obra pudessem entrar no espaço de obra que por natureza lhes era vedado e não lhes devia ser possível circular naquele espaço. E tentar encontrar com os comerciantes e os espaços comerciais da Estrada Nacional, soluções no âmbito da intervenção e que se conversasse com as pessoas no sentido de diminuir o impacto que pudesse ter no negócio das pessoas e também dos cidadãos na sua fruição do espaço, entradas e saídas dos prédios, para que dentro dos constrangimentos e dos impactos que qualquer obra tinha como todos sabiam, qualquer obra tinha impacto fosse nas próprias casas, fosse

no espaço público, mas tentar diminuir ao mínimo possível esses mesmos impactos porque era possível fazê-lo. Fez-se em Lisboa, fazia-se em outros locais, por onde circulavam viam-se as zonas perfeitamente delimitadas, os espaços de circulação bem definidos, os acessos às lojas desimpedidos e era possível fazer, fosse pelo período e as alturas em que se realizam as intervenções, fosse pela metodologia que se utilizava para realizar aquelas mesmas intervenções. Deixou o alerta para que na altura própria, no momento próprio, para que se pudesse ter a questão em conta e posteriormente não se dissesse que “agora é que estão a dar ideias, agora é que estão a apontar”. De uma forma proactiva e construtiva deixou as notas.

Sr. Presidente – No que concernia às avaliações, sobre os resultados em emissões, sustentavam e posteriormente tinham de apresentar evidências, sustentavam-se em índices internacionais que existiam e era um trabalho que foi realizado de forma previsional para suportar a inscrição no Plano de Mobilidade Municipal, para reservar o financiamento, e posteriormente teria de ser também realizado como evidência depois de acontecer, estando enquadrado dessa forma. Existia uma diferença, designadamente entre Estrada Nacional, aliás quer a Estrada Nacional, quer a avenida 1º de Maio em relação à rua 1º de Maio. A rua 1º de Maio teve a maior força dos impactos na circulação, nas vias laterais e transversais, relacionado com o facto de a rua passar a ter um único sentido e tornar-se necessário encontrar alternativas de circulação e daí a mudança de sentidos nas outras ruas, havendo impactos mais alargados. Na situação em apreço, em nenhuma das vias se tratava daquela questão, quer na Estrada Nacional, quer na Avenida 1º de Maio mantinha-se a circulação nos dois sentidos, e no caso da avenida 1º de Maio até alargava uma faixa BUS, não se antevendo que os impactos nas zonas circundantes tivessem a mesma dimensão. Quanto ao restante, faziam concursos públicos, concorrendo as mesmas empresas que concorriam aos outros sítios, com as mesmas obrigações legais que tinham nos outros sítios, tinham a mesma obrigação de apresentar planos de segurança das obras que tinham nos outros sítios, e tudo no concelho da Moita acontecia como em qualquer outro lado, em qualquer outra empreitada pública. Como já havia referido não existia obra sem impactos, e obras da natureza das que estavam em causa, em vias de circulação importantes então tinham impactos bastante significativos. Todos estavam habituados a circular em Lisboa e a ver os grandes impactos no local, que normalmente se traduziam em filas de Km. Era inevitável, mas todas as medidas de segurança, todas as medidas que permitissem que os moradores e os comerciantes fossem o menos afetados possível, todas essas seriam naturalmente tomadas, sendo que em determinados momentos seriam afetados de alguma forma, mas esses efeitos procurariam minimizar-se.

E não havendo mais intervenções a proposta foi submetida a votação, tendo sido aprovada por maioria com três abstenções do Partido Socialista, que apresentaram Declaração de Voto.

O Sr. Vereador Carlos Albino apresentou a seguinte declaração de voto em nome dos Srs. Vereadores do Partido Socialista:

### **Declaração de Voto**

“ Os eleitos do Partido Socialista há muito têm vindo a alertar para a necessidade de requalificação da nossa rede viária capacitando-a para responder às necessidades atuais invertendo ainda o caminho da degradação que se tem vindo a acentuar ano após ano. É por isso que vemos de forma muito favorável um investimento com estas características, pois a Estrada Nacional 11, como via principal de circulação na Baixa da Banheira há muito carecia de intervenção. Da consulta do projeto em análise, verificámos que os objetivos da intervenção remete para a acalmia do tráfego automóvel e da redução da velocidade através de medidas passivas e ativas da redução da largura da via, limite da velocidade a



trinta quilómetros por hora, criação de baias de paragem de autocarro fora das faixas de rodagem, aumento de lugares de estacionamento, melhorar a existência e criar uma nova baia, aumento das áreas do passeio e criação de zonas confortáveis, era o que dizia o projeto. Melhorar as condições das infraestruturas existentes, e melhorar as condições arbóreas, reduzindo as emissões de CO2.

Contudo houve um conjunto de questões às quais não podemos, nem devemos ficar alheios. Da consulta do projeto verificou-se que ao longo da Ex - Estrada Nacional n.º 11-1, existe a redução de estacionamento, na ordem de 46 lugares havendo apenas um incremento na Rua Bento Gonçalves, na ordem de 15 lugares e finalmente a criação de um novo estacionamento, junto ao novo ginásio “My Place Fitness Club”, com 93 lugares de estacionamento, num terreno que até há bem pouco tempo estava assinalado para a construção de três prédios e respetivo estacionamento. Entretanto, da consulta que efetuámos, dos documentos que foram enviados, não identificámos qualquer parecer das autoridades face às alterações na circulação, a existência de um estudo efetivo que permita perceber a efetiva redução do CO2. Não nos foi dado a conhecer a existência de um estudo de tráfego, não se conhece qualquer consulta feita a moradores, comerciantes, na zona intervencionada.

Sendo uma das vias principais de acesso ao concelho, que atravessa a Baixa da Banheira, ligando-a a Alhos Vedros e ao Barreiro, qualquer intervenção terá um forte impacto na economia e na vida das pessoas. Não podemos ficar indiferentes ao que aconteceu na recente intervenção na Rua 1º de Maio, para cujos problemas foi dado a entender que numa primeira fase se fazia a intervenção e depois logo se faziam os ajustes necessários.

Se não concordamos com tal metodologia numa obra daquela dimensão, muito mais cuidado temos de ter numa intervenção de tamanha envergadura como é a Ex Estrada Nacional 11-1. Sendo nós a favor do desenvolvimento e de todas e quaisquer obras que contribuam para a qualidade e mobilidade dos cidadãos, perante as dúvidas que enumerámos, o nosso voto nesta proposta foi de abstenção.”

#### **8. “ESTRUTURAÇÃO DE CORREDOR URBANO DE PROCURA ELEVADA DA AVENIDA 1º DE MAIO NA BAIXA DA BANHEIRA”** **APROVAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO**

“No âmbito da aprovação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano do Município da Moita (PEDU-Moita), em 2016, na componente do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável (PMUS) - eixo 4.05 - do programa Lisboa 2020 é necessário que seja elaborado o projeto de estruturação do corredor urbano de procura elevada da Avenida 1.º de Maio, uma infraestrutura viária localizada na União das Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, consistindo esta ação na criação de um novo corredor dedicado ao transporte público com integração de vias cicláveis e de novos espaços pedonais qualificados.

Esta ação foi já prevista como estratégica no âmbito do Plano de Mobilidade e Transportes Intermunicipal (PMTI), nomeadamente por constituir um troço fundamental do Corredor Transversal de Transportes Públicos (CTTP) que se propõe atravessar os concelhos do Seixal, Barreiro e Moita.

A decisão de contratar foi objeto do despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal, de 1 de novembro de 2017, tendo sido o respetivo contrato celebrado em 9 de fevereiro de 2018 com a entidade INPLENITUS - Arquitetura e Soluções, Lda., ao abrigo da alínea a) do nº 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, alterado pela Lei nº 59/2008, de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei nº 278/2009, de 02 de outubro, pela Lei n.º 3/2010,

de 27 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010 de 14 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro e pelos Decretos-Lei n.ºs 149/2012, de 12 de julho e 214-G/2015, de 02 de outubro.

A empresa adjudicatária apresentou o respetivo projeto de execução cuja estimativa orçamental das obras importa no montante de € 1 817 994,01 (um milhão oitocentos e dezassete mil novecentos e noventa e quatro euros e um cêntimo) a que acresce o IVA à taxa legal em vigor.

A área de intervenção, com cerca de 5 ha, compreende toda a extensão da Av. 1.º de Maio desde a Rotunda das Fontainhas até ao cruzamento que antecede o viaduto que passa sobre a linha de caminho-de-ferro, junto à estação de Alhos Vedros. Está igualmente dentro da área de intervenção a ligação pedonal e ciclável entre a Av. 1.º de Maio e a Estação de Comboio, através da Rua Henrique Galvão.

A proposta de intervenção desenvolvida neste projeto incidiu, essencialmente, no reperfilamento da avenida principal, alargando de um modo geral o corredor viário através da materialização de uma faixa de rodagem com 4 vias: uma via Bus e uma via de circulação particular em cada sentido de circulação. Todavia, existem zonas onde os constrangimentos locais não permitem a materialização de uma faixa de rodagem com 4 vias, e por essa razão, houve necessidade de suprimir o corredor Bus em alguns trechos no sentido poente/nascente, passando nesses casos a uma faixa de rodagem com 3 vias, com uma das vias a partilhar a circulação de transporte público e o particular.

Para além do reperfilamento da avenida principal, foram projetadas duas rotundas de modo a melhorar a articulação viária entre a Av. 1.º de Maio e Av. José Almada Negreiros e entre a Av. 1.º de Maio e as Ruas Bordalo Pinheiro e José Gomes Ferreira.

Na interligação entre Av. 1.º de Maio e Av. José Almada Negreiros foi projetada uma rotunda circular comum, pois essa configuração permite uma articulação adequada entre os eixos que nela confluem. No entanto, na zona de contacto da Av. 1.º de Maio com a Rua Bordalo Pinheiro e com a Rua José Gomes Ferreira houve necessidade de prever uma rotunda alongada, uma vez que os dois arruamentos se encontram desfasados.

Este projeto, prevê ainda, a construção de uma ciclovia bidirecional ao longo do passeio norte da Av. 1.º de Maio, bem como, a materialização de via partilhada para peões e bicicletas que fará a ligação entre a ciclovia da Av. 1.º de Maio e a estação ferroviária de Alhos Vedros através do alargamento do passeio norte da Rua Henrique Galvão.

Face ao exposto, propõe-se que a Câmara Municipal da Moita, ao abrigo do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibere aprovar o projeto de execução que se anexa designado de “Estruturação de corredor urbano de procura elevada da Avenida 1.º de Maio na Baixa da Banheira”.

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão, havendo as seguintes intervenções:

Sr. Vereador Carlos Albino – Colocou a questão relativamente aos pareceres das autoridades, relativamente ao tráfego, às questões da mobilidade, se era análogo àquilo que foi referido relativamente à Estrada Nacional 11.

Sr. Presidente – Esclareceu que, no caso, não existiam alterações que requeressem pareceres externos. As competências sobre regulação de trânsito naquela matéria eram da Câmara Municipal. A regulação do tipo de alteração que seria efetuado era do âmbito exclusivo da entidade municipal. Não havia lugar a pareceres externos.

Sr. Vereador Carlos Albino – Referiu uma vez mais retomar o raciocínio que estava por base da discussão da proposta anterior. Mais uma vez viam como positiva a redução da velocidade, por todas as questões que lhes estavam associadas mas depois sem um estudo efetivo para perceber os impactos que isso teria no tráfego, porque circulavam por ali milhares de carros diariamente e as pessoas era por ali que iam, que se deslocavam para o trabalho, saíam e entravam, muitas vezes por ali, para o concelho da Moita, era uma via que dividia a antiga freguesia da Baixa da Banheira e a freguesia do Vale da Amoreira, e era necessário ter em atenção aquelas questões. Há uns dias experimentou, pessoalmente, subir a Avenida 1º de Maio, a seguir às Fontainhas, com o carro a 30 e se se descuidava o carro mais um bocado corria o risco de ir abaixo. Era penoso. Solicitou que tivessem em atenção aquelas questões. Colocou ainda que certamente o projeto ia avançar com a melhor das intenções.

Sr. Presidente – Esclareceu que a intervenção, se na Estrada Nacional era já de si um objetivo melhorar a fluidez da circulação, ainda que limitando-lhe a velocidade, na avenida 1º de Maio era ainda mais claro, com a construção de rotundas nos cruzamentos e como tal diminuindo os tempos de espera e os conflitos de trânsito naquelas zonas, com a criação de um corredor para transportes coletivos e com duas faixas livres para circulação sem obstáculos e sem impedimentos. Pensavam que na avenida 1º de Maio, mais ainda as questões de fluidez do tráfego não seriam prejudicadas, pelo contrário, seriam significativamente melhoradas, para além de todas as outras melhorias do espaço que lhe estariam associadas.

E não havendo mais intervenções a proposta foi submetida a votação, tendo sido aprovada por maioria com três abstenções do Partido Socialista que apresentou Declaração de Voto.

O Sr. Vereador Carlos Albino apresentou a seguinte declaração de voto em nome dos Srs. Vereadores do Partido Socialista:

### **Declaração de Voto**

“Relativamente a esta proposta, segue em grande parte a linha da outra, mas como tem aqui algumas alterações é obrigatório, sente-se na obrigação de fazer essa mesma referência.

Os eleitos do Partido Socialista há muito têm vindo a alertar para a necessidade, também, da requalificação da nossa rede viária capacitando-a para responder às necessidades atuais invertendo ainda o caminho de degradação que se tem vindo a acentuar ano após ano. As intervenções que têm sido executadas ao longo do tempo em nada têm melhorado a circulação na Avenida 1º de Maio, não se percebendo como coisas simples para melhorar a circulação e prevenir conflitos/acidentes, como a execução de interseções circulares, entenda-se rotundas, demoram tanto tempo a serem colocadas em prática.

É por isso que vemos de forma muito favorável investimentos com estas características, pois a Avenida 1º de Maio, como via principal de circulação que serve a União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira e serve de acesso, e também acaba por servir Alhos Vedros, há muito que careciam desta intervenção. Da consulta ao projeto em análise, verificámos que os objetivos da intervenção remetem para a acalmia do tráfego automóvel, a redução da velocidade através de medidas passivas, neste caso redução da largura da via para criação de mais uma via de BUS, paragens de autocarro fora da faixa de rodagem, melhoramento das condições das infraestruturas existentes, e criação de uma ciclovia, melhorar as condições arbóreas e reduzir também aqui as emissões de CO2.

Entretanto, da consulta que efetuámos e os documentos que nos foram enviados, não identificámos qualquer parecer das autoridades face às alterações da circulação, a existência de um estudo efetivo

que permita perceber a redução do CO2. Não nos foi dado a conhecer a existência de um estudo de tráfego, não se conhece qualquer consulta feita aos moradores da zona.

Sendo que, sendo uma das vias principais de acesso ao Concelho, que atravessa a União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, ligando-a a Alhos Vedros e ao Concelho do Barreiro, qualquer intervenção terá um forte impacto na economia e na vida das pessoas. Não podemos ainda ficar indiferentes ao que aconteceu na recente intervenção na Rua 1º de Maio, cujos problemas foi dado a entender que primeiro se fazia a intervenção e depois logo se fazia os ajustes necessários.

Se não concordamos com tal metodologia numa obra daquela dimensão, muito mais cuidados temos de ter numa intervenção de tamanha envergadura como é o caso da Avenida 1º de Maio. Sendo nós a favor do desenvolvimento e de todas e quaisquer obras que contribuam para a qualidade da mobilidade dos cidadãos, perante as dúvidas que enumerámos, o nosso voto, na proposta, foi de abstenção.”

Sr.<sup>a</sup> Vereadora Vivina Nunes – Referiu para não se esquecerem de colocar no local um cartaz a referir que se abstiveram na votação. (A restante intervenção encontrava-se inaudível).

Sr. Vereador Carlos Albino – Questionou o Sr. Presidente se permitia os apartes referidos pela Sr.<sup>a</sup> Vereadora Vivina Nunes e nesse caso, permitiu-se responder à Sr.<sup>a</sup> Vereadora Vivina Nunes, dizendo-lhe que não era necessária uma obra daquela envergadura para fazer duas rotundas. Para a execução de umas rotundas, como se devia calcular, não era preciso um investimento daquele tamanho, não era necessário recorrer a uma candidatura para limitar a velocidade a 30, para se fazerem duas rotundas, como seria de calcular.

Sr. Presidente – Respondeu que não calculavam nada do referido pelo Sr. Vereador Carlos Albino, pelo contrário, porque quando faziam, efetuavam bem feito, faziam quando tinham capacidade. Naquele caso, até não foi feito anteriormente por culpa do Partido Socialista, porque houve dois Ministros do Governo do Partido Socialista que assinaram o financiamento para as Freguesias na altura da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, de, na altura, 30 milhões de euros que ficou reduzido a 10 milhões. Já tinham a obra adjudicada de perfilhamento da avenida 1º de Maio, e tiveram de anular o contrato porque o financiamento foi cortado e os compromissos do Governo do Partido Socialista não foram cumpridos, senão a obra já estava feita.

#### 9. “DECLARAÇÃO DE ABANDONO E PROPOSTA DE AQUISIÇÃO POR OCUPAÇÃO PELO MUNICÍPIO DE VEÍCULOS EM FIM DE VIDA”

“Foi removido um conjunto de veículos da via pública por se encontrarem em situação de estacionamento abusivo, ao abrigo do disposto na alínea a), do n.º1, do artigo 163.º do Código da Estrada, na versão atual.

Foram cumpridos os requisitos legais necessários para que os veículos possam ser declarados em estado de abandono e adquiridos por ocupação pelo município.

A informação técnica em anexo à presente proposta, apresenta os procedimentos realizados.

Para todos os veículos foi realizada uma vistoria pela comissão constituída para o efeito, a qual emitiu um parecer técnico por veículo. Todos os veículos vistoriados foram considerados veículos em fim de vida.

Face ao exposto, propõe-se que a Câmara Municipal delibere declarar o abandono e a aquisição por ocupação pelo município, dos veículos em fim de vida abaixo identificados, ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 4, do artigo 165.º e n.ºs 1 e 3, do artigo 166.º do Código da Estrada e, da alínea dd), do nº1, do artigo 33.º, do Anexo I à Lei nº 75/2013 de 12/09:

MATRÍCULA	MARCA
00-14-HD	FIAT
10-73-HR	MITSUBISHI
14-74-ZN	OPEL
16-94-JJ	RENAULT
18-97-HA	PEUGEOT
20-42-CI	PEUGEOT
20-65-RH	OPEL
23-69-JQ	LANCIA
27-52-UZ	PEUGEOT
28-00-LO	FIAT
29-58-JB	FORD
33-74-DP	OPEL
36-76-TC	PEUGEOT
40-40-OH	OPEL
52-87-HM	FIAT
54-71-CR	VOLKSWAGEN
56-70-IL	OPEL
56-QJ-58	PEUGEOT
58-73-VA	CITROËN
62-58-HP	FIAT
62-63-RG	VOLKSWAGEN
68-68-JL	OPEL
75-28-ER	OPEL
76-23-EL	CITROËN
76-BG-81	BMW
80-ID-31	CHEVROLET
81-28-JS	FIAT
81-36-EZ	FORD
83-55-GB	DAEWOO
84-18-CP	OPEL
84-34-AI	VOLKSWAGEN
86-36-GO	MITSUBISHI
96-01-HQ	RENAULT
PF-46-53	CITROËN
RN-90-39	BMW

s/ mat (Nº Quadro WBACC11010FF34601) “

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão e não havendo intervenções a proposta foi submetida a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.



E nada mais havendo a tratar foi pelo Sr. Presidente encerrada a reunião, sendo a respetiva ata aprovada em minuta. Era uma hora do dia 28 de novembro de 2019. E eu, Alda Mouzinho, Coordenadora Técnica nesta Câmara Municipal, redigi a presente ata que assino com o Sr. Presidente da Câmara.

Todas as intervenções feitas aquando da apresentação das propostas encontram-se devidamente gravadas em formato digital (CD), ficando os mesmos a fazer parte integrante desta ata.

O PRESIDENTE DA CÂMARA

A COORDENADORA TÉCNICA